

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	32
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	99
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	100
---	-----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	101
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 30/06/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
Total	9.521.649
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
1	Ativo Total	18.253.219	17.063.590
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	444.174	312.432
1.01.01	Caixa	265.144	212.413
1.01.01.01	Caixa	265.144	212.413
1.01.02	Aplicações de Liquidez	179.030	100.019
1.01.02.01	Re vendas a Liquidar - Posição Bancada	179.030	100.019
1.02	Ativos Financeiros	17.284.505	16.298.571
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	358.574	342.108
1.02.01.01	Banco Central - Recolhimentos Obrigatórios	358.574	342.108
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	16.925.931	15.956.463
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	592.072	502.602
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	1.848.388	1.851.201
1.02.04.04	Operações de Crédito	13.681.766	12.756.479
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-383.747	-336.605
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	1.187.452	1.182.786
1.03	Tributos	283.852	246.491
1.03.03	Outros	283.852	246.491
1.03.03.01	Créditos Tributários	283.852	246.491
1.04	Outros Ativos	12.151	11.144
1.04.03	Outros	12.151	11.144
1.04.03.01	Outros Ativos	13.951	12.944
1.04.03.02	Provisão para Valor Recuperável de Ativos	-1.800	-1.800
1.05	Investimentos	28	28
1.05.05	Outros Investimentos	28	28
1.05.05.01	Outros Investimentos	28	28
1.06	Imobilizado	55.249	58.916
1.06.01	Imobilizado de Uso	236.082	235.118
1.06.01.01	Imobilizado de Uso	236.082	235.118
1.06.03	Depreciação Acumulada	-180.833	-176.202
1.06.03.01	Depreciação Acumulada	-180.833	-176.202
1.07	Intangível	173.260	136.008
1.07.01	Intangíveis	271.597	232.823
1.07.01.01	Intangíveis	271.597	232.823
1.07.03	Amortização Acumulada	-98.337	-96.815
1.07.03.01	Amortização Acumulada	-98.337	-96.815

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2024	Exercício Anterior 31/12/2023
2	Passivo Total	18.253.219	17.063.590
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	15.600.787	14.656.558
2.02.01	Depósitos	14.046.548	12.875.114
2.02.01.01	Depósitos a Vista	1.252.256	863.389
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	10.424.871	9.779.872
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	548.166	454.299
2.02.01.04	Depósitos de Poupança	1.821.255	1.777.554
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	581.643	1.100.173
2.02.02.01	Captação no Mercado Aberto	581.643	1.100.173
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	972.596	681.271
2.02.03.01	Relação Interfinanceira	123.819	102.019
2.02.03.02	Relações Interdependência	17.477	18.572
2.02.03.03	Emissão de Títulos	671.621	508.329
2.02.03.04	Obrigações por Empréstimos no Exterior	11.415	9.577
2.02.03.05	Obrigações p/ Repasses no País - BNDES	148.264	42.774
2.03	Provisões	253.913	230.207
2.03.01	Provisão para Pagamentos a Efetuar	182.155	167.984
2.03.02	Provisão para Contingências	71.758	62.223
2.05	Outros Passivos	347.256	268.516
2.05.01	Outras Obrigações Fiscais	18.979	11.500
2.05.02	Outras Obrigações	328.277	257.016
2.07	Patrimônio Líquido	2.051.263	1.908.309
2.07.01	Capital Social Realizado	1.473.122	1.473.122
2.07.04	Reservas de Lucros	408.479	435.187
2.07.04.01	Reserva Legal	35.080	35.080
2.07.04.02	Reserva Estatutária	373.399	360.046
2.07.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	40.061
2.07.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	169.662	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	838.905	1.642.416	733.715	1.432.560
3.01.01	Operações de Crédito	753.830	1.473.596	640.346	1.231.108
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	70.509	143.352	83.534	177.891
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	3.372	6.075	0	0
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	11.194	19.393	9.835	23.561
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-357.062	-713.186	-349.262	-692.838
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-272.116	-538.702	-283.525	-575.771
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-2.059	-5.314	-3.494	-6.080
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-82.887	-169.170	-59.099	-109.317
3.02.04	Resultado de operações de câmbio	0	0	-3.144	-1.670
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	481.843	929.230	384.453	739.722
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-279.294	-558.209	-258.874	-510.345
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	56.746	110.479	51.953	101.357
3.04.02.01	Receita de Prestação de Serviços	43.636	84.580	38.974	75.828
3.04.02.02	Rendas de Tarifas Bancárias	13.110	25.899	12.979	25.529
3.04.03	Despesas com Pessoal	-170.436	-335.789	-163.269	-316.533
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-132.639	-270.915	-132.376	-253.877
3.04.05	Despesas Tributárias	-31.732	-62.947	-25.840	-50.410
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	23.795	38.670	27.953	46.107
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-25.028	-37.707	-17.295	-36.989
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	202.549	371.021	125.579	229.377
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-62.096	-135.252	-44.696	-90.528
3.06.01	Corrente	-74.773	-170.714	-53.566	-105.412
3.06.02	Diferido	12.677	35.462	8.870	14.884
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	140.453	235.769	80.883	138.849
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	140.453	235.769	80.883	138.849
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-15.798	-35.800	-15.077	-23.757

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
3.10.01	Participações	-15.798	-35.800	-15.077	-23.757
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	124.655	199.969	65.806	115.092
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)	13,09	21	6,91	12,09
3.99.01	Lucro Básico por Ação	13,09	21	6,91	12,09
3.99.01.01	ON	13,09	21	6,91	12,09

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2023 à 30/06/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	124.655	199.969	65.806	115.092
4.04	Resultado Abrangente do Período	124.655	199.969	65.806	115.092
4.04.01	Lucro Abrangente	124.626	199.922	65.791	115.065
4.04.02	Lucro Abrangente das Part. dos não Controladores	29	47	15	27

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	216.385	-973.475
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	577.581	332.540
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	371.021	229.377
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	206.560	103.163
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-361.196	-1.306.015
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-89.470	243.764
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-3.597	-97.233
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	52.709	14.977
6.01.02.04	Operações de Crédito	-1.047.643	-1.433.389
6.01.02.05	Outros Créditos	-92.166	8.667
6.01.02.06	Outros valores e bens	-903	-2.860
6.01.02.07	Outras obrigações	28.180	89.839
6.01.02.08	Depósitos	1.171.434	147.958
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-518.530	-154.984
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	163.292	10.129
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	-1.999	4.286
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	110.169	-46.660
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-132.672	-90.509
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.675	-18.896
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-1.214	-8.660
6.02.03	Aquisição de Intangível	-55.538	-14.971
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento	7.077	4.735
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-31.620	0
6.03.01	Remuneração de Capital Próprio	-31.620	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-3.349	826
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	131.741	-991.545
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	312.433	1.340.811
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	444.174	349.266

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	435.187	0	0	0	1.908.309
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	113	0	113
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	435.187	0	113	0	1.908.422
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-26.708	0	-30.420	0	-57.128
5.04.06	Dividendos	0	0	-26.708	0	0	0	-26.708
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-30.420	0	-30.420
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	199.969	0	199.969
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	199.969	0	199.969
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	408.479	0	169.662	0	2.051.263

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/06/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.473.122	0	220.052	0	0	0	1.693.174
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	235	0	235
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.473.122	0	220.052	0	235	0	1.693.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	115.092	0	115.092
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	115.092	0	115.092
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.473.122	0	220.052	0	115.327	0	1.808.501

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2023 à 30/06/2023
7.01	Receitas	1.622.395	1.470.705
7.01.01	Intermediação Financeira	1.642.416	1.432.560
7.01.02	Prestação de Serviços	110.479	101.357
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-169.170	-109.317
7.01.04	Outras	38.670	46.105
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-544.016	-583.521
7.02.01	Captação	-538.702	-575.771
7.02.02	Obrigação por Empréstimo e Repasses	-5.314	-6.080
7.02.03	Despesa de Câmbio	0	-1.670
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-264.864	-245.858
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-13.652	-11.561
7.03.02	Serviços de Terceiros	-215.196	-198.912
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-36.016	-35.385
7.04	Valor Adicionado Bruto	813.515	641.326
7.05	Retenções	-23.163	-25.599
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.163	-25.599
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	790.352	615.727
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	790.352	615.727
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	790.352	615.727
7.09.01	Pessoal	324.991	296.116
7.09.01.01	Remuneração Direta	239.864	217.911
7.09.01.02	Benefícios	68.423	63.005
7.09.01.03	F.G.T.S.	16.704	15.200
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	244.797	185.112
7.09.02.01	Federais	237.873	178.822
7.09.02.02	Estaduais	5	5
7.09.02.03	Municipais	6.919	6.285
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	20.595	19.407
7.09.03.01	Aluguéis	20.595	19.407
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	199.969	115.092
7.09.04.02	Dividendos	57.128	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	142.841	115.092

Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2T2024



Comentário do Desempenho**Sobre o Banpará**

O Banco do Estado do Pará S.A. (Banpará) é uma Sociedade de Economia Mista, organizada sob a forma de banco múltiplo. Criada desde 1959, tem como missão criar valor público para o Estado do Pará, como um banco autossustentável, moderno e promotor do desenvolvimento econômico e social sustentável, com foco na satisfação dos clientes e acionistas.

O Banpará, hoje com 241 unidades de atendimento, possui um portfólio de produtos e serviços financeiros disponíveis aos seus clientes e usuários e participa de diversos programas, projetos e iniciativas da administração pública, oferecendo soluções personalizadas que auxiliam no atendimento às demandas sociais, como agente financeiro oficial do Governo do Estado.

Diretoria**Ruth Pimentel Mélo***Diretora-Presidente***Adriano de Aguiar Ribeiro***Diretor de Tecnologia***Graciele Silva de Sousa Galvão***Diretora Comercial e Fomento***Igor Barbosa Gonçalves***Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores***Paulo Roberto Arevalo Barros Filho***Diretor Administrativo***Vando Vagner Soares Ferreira***Diretor Financeiro e de Produtos e Serviços Comerciais***Ruth Pimentel Mélo****Diretora-Presidente**

"A primeira mulher a assumir a presidência do Banpará, destaca-se por seu perfil executivo exemplar. Profissional com formação em Ciências Econômicas, Pós-graduada em Gestão de Projetos e MBA em Gestão Empresarial, acumula experiência de mais de 39 anos dedicados à instituição.

Ao longo de sua trajetória ascendente no Banpará, Ruth ocupou diversas posições-chave, incluindo Gerente Geral, Gerente de Serviços Internos, Chefe do Núcleo de Relacionamento com o Governo, Superintendente de Negócios e Assessora da Diretoria. Além disso, desempenhou papéis estratégicos como Diretora de Segurança da Caixa de Previdência do Banco do Estado do Pará e Diretora Financeira.

Atualmente, como Diretora-presidente do Banpará e Conselheira de Administração, Ruth Mélo demonstra determinação, foco, motivação e disciplina como marcas distintivas de sua personalidade corporativa, características as quais considera fundamentais para o sucesso em qualquer empreitada e acredita que ao traçar objetivos e equipar-se com essas ferramentas, é certo alcançar o topo das conquistas planejadas. O perfil executivo de Ruth destaca-se como um exemplo de liderança e competência no cenário bancário."

Comentário do Desempenho

Mensagem da Administração

Caro leitor,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao 2º trimestre de 2024 (2T2024), elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados

obtidos durante o período. Dentre os resultados apresentados no documento, destaca-se que no 2T2024 o Banco registrou um lucro líquido de R\$ 124,65 milhões, evoluindo 89,43% em comparação ao 2T2023.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site ri.banpara.b.br, na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas, bem como parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário. Boa leitura!



Comentário do Desempenho

Resultados Financeiros

ITENS DE RESULTADO

O Lucro Líquido do 2T2024 alcançou o montante de R\$ 124.656 mil, avanço de 65,51% em relação ao 1T2024. Quando comparado ao mesmo período de 2023, houve um aumento percentual de 89,43%. O resultado positivo foi decorrente do bom desempenho nas receitas de operações de crédito, as quais apresentaram 4,7% de crescimento, enquanto que, as operações de câmbio e receitas de serviços cresceram 24,8% e 5,6%, respectivamente.

As receitas do Banpará no 2T2024 tiveram um aumento de 13,45% quando comparado com o 2T2023 e 5,89% em relação ao trimestre anterior, frutos da expansão das receitas com operações de crédito, resultante dos empréstimos, com destaque para o produto consignado, sazonal, cartão de crédito e linhas de crédito para pessoas jurídica, bem como o aumento nas linhas de receita de serviços.

(em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Receitas Totais	919.446	872.120	5,43%	810.476	13,45%
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	481.843	447.388	7,70%	387.081	24,48%
Resultado Operacional	206.404	168.936	22,18%	128.902	60,12%
Margem Financeira	564.730	533.670	5,82%	443.552	27,32%
Lucro Líquido	124.656	75.313	65,51%	65.805	89,43%
Receita de Serviços	56.746	53.733	5,61%	51.953	9,23 %
Despesa com Provisões (PCLD)	82.887	86.283	-3,93%	56.471	46,78%
Despesas Administrativas	132.639	138.276	-4,08%	132.376	0,20%
Margem Líquida	10,66%	9,25%	15,24%	7,13%	49,51%

ITENS PATRIMONIAIS

O Patrimônio Líquido no 2T2024 apresentou um aumento de 3,40 % quando comparado com o 1T2024 e de 13,42% quando comparado com o mesmo período do ano anterior, em decorrência da incorporação do resultado ao patrimônio do Banco.

(em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Ativos Totais	18.253.219	17.608.770	3,66%	15.495.454	17,80%
Operações de Crédito	13.843.003	13.440.106	3,00%	11.887.438	16,45%
Aplic. Interfinanceiras de Liquidez	771.102	852.134	-9,51%	431.829	78,57%
Títulos e Valores mobiliários	1.848.388	1.806.090	2,34%	1.646.145	12,29%
Captações Totais	15.299.811	14.870.974	2,88%	12.999.837	17,69%
Patrimônio Líquido	2.051.263	1.983.699	3,40%	1.808.503	13,42%

Comentário do Desempenho

TOTAL DE ATIVOS POR TIPO

O Banpará encerrou o 2T2024 com Ativo Total no montante de R\$ 18.253.219 mil, aumento de 3,66% com relação ao 1T2024 e de 17,8% quando comparado com o 2T2023. A variação justifica-se pelo crescimento das operações de crédito, reflexo do aumento dos créditos liberados por meio de empréstimos, com destaque para o consignado, cartão de crédito e capital de giro aos empreendedores do Estado.

(em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Disponibilidades	265.144	224.611	18,05%	249.277	6,37%
Aplicações Financeiras	771.102	852.134	-9,51%	431.829	78,57%
Títulos e Valores mobiliários	1.848.388	1.806.090	2,34%	1.646.145	12,29%
Relações Interfinanceiras	865.215	694.232	24,63%	757.541	14,21%
Operações de Créditos	13.307.000	12.907.733	3,09%	11.490.112	15,81%
Outros Créditos	955.682	899.463	6,25%	718.695	32,97%
Outros Valores e Bens	12.151	10.610	14,52%	12.540	-3,10%
Permanente	228.537	213.897	6,84%	189.315	20,72%
Total	18.253.219	17.608.770	3,66%	15.495.454	17,80%

ÍNDICE E MEDIDAS DE EFICIÊNCIA

O Banpará apresentou no 2T2024 um lucro com aplicação nos seus ativos de 2,12%. Em relação ao 1T2024 apresentou aumento de 0,28 p.p e quando comparado com o mesmo período do ano passado, apresentou aumento de 0,73 p.p, ocasionado pelo aumento na capacidade de geração de lucros dos seus ativos de um período para outro.

O retorno sobre o patrimônio no 2T2024 apresentou crescimento em relação ao trimestre anterior em 2,58 p.p e 6,54 p.p em relação ao mesmo período do ano anterior. Demonstrando a capacidade do banco em rentabilizar seus investidores.

O índice de eficiência no 2T2024 apresentou uma redução de 2,88 p.p. quando comparado com o 1T2024 e de 9,51 p.p. quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O bom desempenho foi ocasionado, principalmente, pelo crescimento das receitas totais em relação às despesas administrativas.

	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Inadimplência (% da Carteira)	1,66%	1,72%	-3,49%	1,35%	22,96%
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA)	2,12%	1,84%	15,22%	1,39%	52,52%
Rentabilidade sobre Patrimônio Líquido (ROE)	18,99%	16,41%	15,72%	12,45%	52,53%
Índice de Eficiência	60,65%	63,53%	-4,53%	70,16%	-13,55%
Índice de Provisão	2,73%	2,72%	0,37%	2,20%	24,09%
Índice de Cobertura	32,71%	32,34%	1,14%	30,77%	6,30%

Comentário do Desempenho

DESPESAS COM INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O Banpará apresentou um pequeno aumento nas despesas com intermediação financeira de 1,54% em relação ao trimestre anterior, apesar do aumento das despesas com captação, a redução da provisão com operações de créditos, influenciado pela boa qualificação dos seus clientes, contribuiu para manter as despesas com intermediação financeira nas mesmas proporções. Com relação ao mesmo período do ano passado houve um aumento de 4,06%, com destaque para as despesas de captação e provisão para operações de crédito em virtude do aumento das operações de crédito.

(em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Operações de Captação no Mercado	272.116	266.585	2,07%	283.525	-4,02%
Operações de Empréstimos e Repasses	2.059	3.256	-36,76%	3.494	-41,07%
Despesas de Operações de Cambio	6.515	1.955	233,24%	3.261	99,78%
Provisão para Operações de Crédito	82.887	86.283	-3,93%	59.098	40,25%
Total	363.577	358.079	1,54%	349.378	4,06%

DESPESAS COM PESSOAL

As Despesas com Pessoal, comparando o 2T2024 com o mesmo período do ano anterior, aumentaram em 4,39% e houve um crescimento de 3,07% quando comparado ao 1T2024, proporcional ao desempenho do banco e o *headcount* do período.

(em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Proventos	102.735	98.486	4,31%	99.824	2,92%
Benefícios	28.362	27.585	2,82%	26.231	8,12%
Encargos Sociais	36.977	36.990	-0,04%	35.415	4,41%
Treinamentos e Outros	2.362	2.292	3,05%	1.799	31,30%
Total	170.436	165.353	3,07%	163.269	4,39%

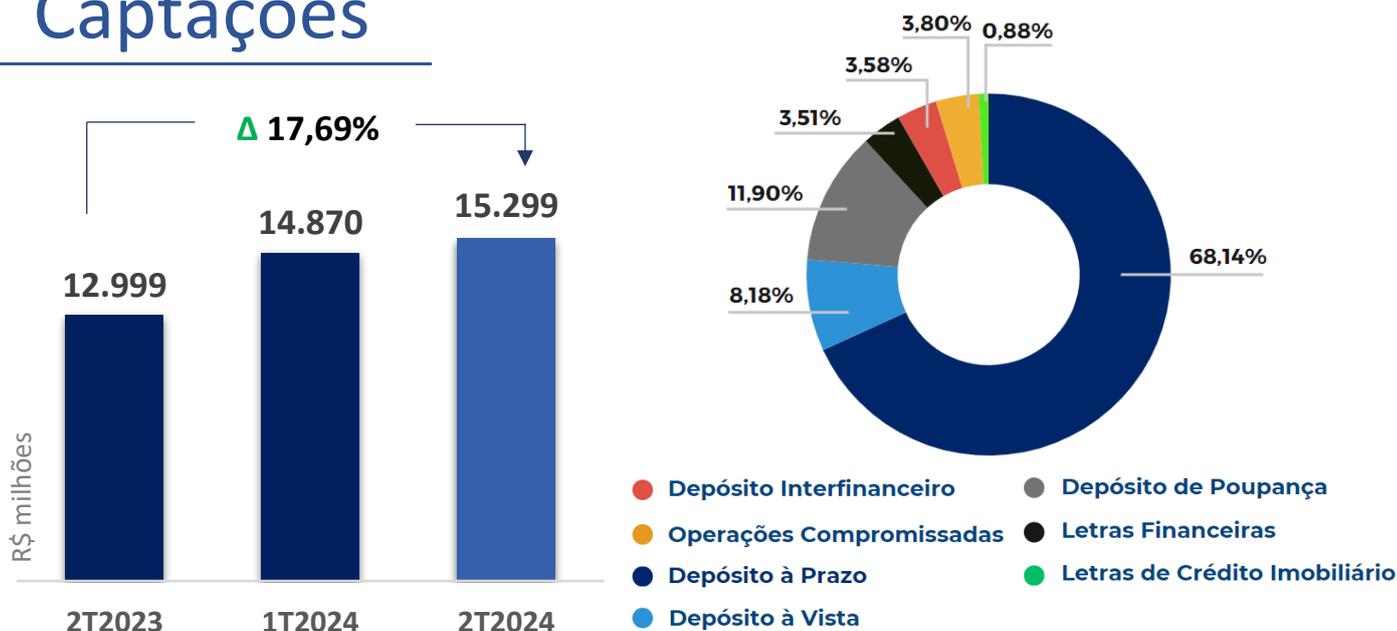
DESPESAS TRIBUTÁRIAS

As despesas tributárias fecharam o 2T2024 com montante de 31.732 mil, aumento de 1,65% em relação ao 1T2024 e 22,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado proporcional ao crescimento do faturamento da instituição no período.

(em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	3.978	3.792	4,91%	3.202	24,23%
Contribuição ao Cofins	24.478	23.333	4,91%	19.706	24,22%
Imp. sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.833	2.683	5,59%	2.595	9,17%
Outras Despesas Tributárias	443	1.407	-68,51%	337	31,45%
Total	31.732	31.215	1,65%	25.840	22,80%

Comentário do Desempenho

Captações



No 2T2024, foi registrado um crescimento anual de 17,69% no total de captação, alcançando R\$ 15.299 milhões. Esse aumento foi impulsionado por um crescimento significativo de 13,29% em Depósitos a Prazo, em cerca de R\$ 1.223 milhões, e um incremento expressivo de 199,29% nas Letras Financeiras, um aumento de R\$ 357 milhões. As Obrigações por Operações Compromissadas também apresentaram crescimento de 160,09%. A estrutura de captação permanece robusta e diversificada, reafirmando o compromisso com a estabilidade e o crescimento sustentável.

No 2T2024, na Carteira Ativa houve a aplicação em Certificado de Depósito Interfinanceiro Rural (CDIR) no valor de R\$ 70 milhões, e, na Carteira Passiva, houve a captação de R\$ 70 milhões via CDI (com reciprocidade) ao custo de 100% do DI.

O Banco vem formando parcerias com instituições financeiras para distribuir títulos de captação (CDB, LCI e LF) nas plataformas dessas instituições, visando sofisticar os canais de captação de forma segura e transparente, ampliando o público investidor e aumentando a capacidade de modelar a captação por diferentes fatores de riscos (IPCA, Pré, CDI+, etc) e diferentes horizontes temporais.

É relevante destacar o cenário de incremento percentual médio positivo nos depósitos de poupança, acumulando uma alta de 4,18% em comparação ao 1T2024 e 15,10% 2T2023.



O custo de Captação em poupança apresentou um aumento relevante no mês inicial do 2T2024 quando comparado ao fechamento de 1T2024;

Nos meses posteriores nota-se uma tendência de baixa do custo, fechando o 2T2024 próximo ao do trimestre anterior.

Comentário do Desempenho

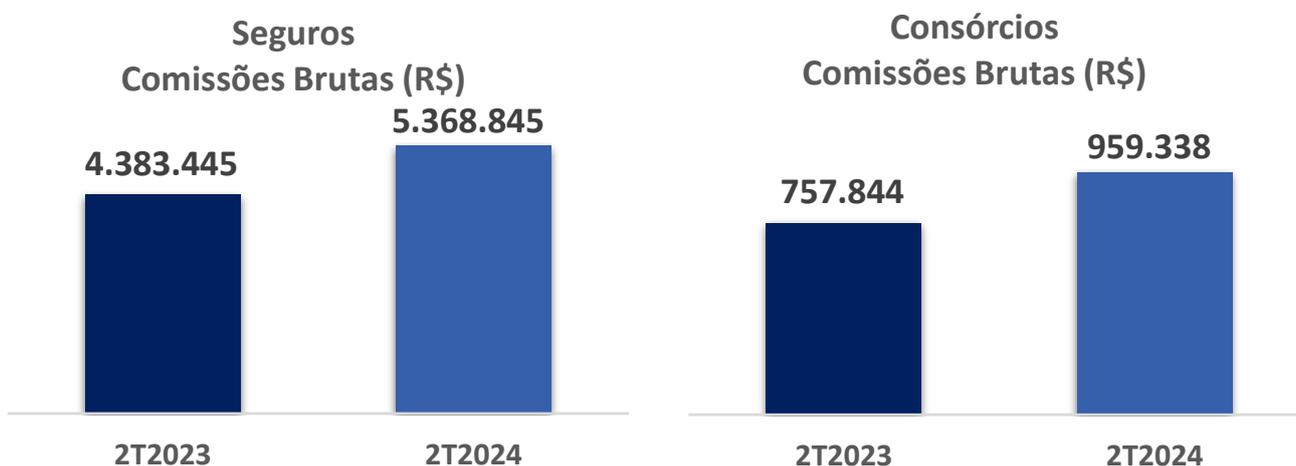
Risco de Crédito

Gerenciamento de Capital (em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Patrimônio de Referência	1.878.004	1.827.498	2,76%	1.682.346	11,63%
PR Nível I	1.878.004	1.827.498	2,76%	1.682.346	11,63%
PR Nível II	-	-	-	-	-
Índice de Basileia	15,16%	15,13%	0,21%	15,42%	-1,69%
RWA	12.387.722	12.080.029	2,55%	10.909.127	13,55%

No 2T2024, o Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu o montante de R\$ 1.878.004 mil, um aumento de 2,76% e 11,63%, quando comparado com o 1T2024 e 2T2023, respectivamente, impulsionado pelo resultado líquido do período. O Índice de Basileia – IB no 2T24 foi de 15,16%, um crescimento de 0,21% em relação ao 1T2024, uma redução de 1,69% em relação 2T2023. Ressalta-se que para o 1T2024 e 2T2023, a variação do montante de RWA cresceu em 2,55% e 13,55%, respectivamente. Em suma, o IB está acima do limite exigido pelo Bacen (10,5%) e do limite estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%).

Parcerias

No 2T2024, a carteira de seguros realizou R\$ 5.368.845 em comissão, o que representa um crescimento de 22% em relação ao 2T2023, com destaque para o Seguro Prestamista Consignado, que representou 42% do total geral de comissão dos seguros.



Considerando os números expressivos do Consórcio no ano de 2024, pode-se considerar um produto sólido no Banpará. No 2T2024, houve um crescimento de 50% nas adesões em relação ao 1T2024. Em relação ao volume de venda, o crescimento nesse trimestre, foi de 67% em relação ao trimestre anterior. O mesmo percentual de crescimento foi apresentado na comissão, em relação ao primeiro trimestre de 2024. Diante disso, pode-se afirmar que o consórcio segue em crescimento,

Comentário do Desempenho

com grandes expectativas para os próximos períodos, uma vez que se trata de um produto com bastante aceitação no mercado e no Banpará.

Retaguarda

11,3% de crescimento nas rendas sobre os Pacotes de Serviços PF e PJ

No 2T2024, constatou-se um incremento financeiro de R\$3,30 milhões, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Rendas Sobre Outros Serviços

Constatou-se um incremento financeiro de R\$ 461 mil no período dos últimos doze meses, representando 10,7% de crescimento.

Portabilidade Vinda

Foram realizadas 2.348 portabilidades por CPF para o Banco, em relação ao mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 96%.

Cenário Econômico

CENÁRIO INTERNACIONAL

Fundo Monetário Internacional (FMI):

- Julho 2024: FMI reviu em 0,10 ponto percentual (p.p) na projeção para 2025, mantendo a estimativa para 2024;
- Anos 2024 e 2025: estimativa de crescimento de 3,20% e 3,30%, respectivamente.

CENÁRIO NACIONAL

Junho 2024: Os dados das Contas Nacionais, divulgados em março de 2024 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira apresentou crescimento de 0,80% na passagem do quarto trimestre de 2023 para o primeiro trimestre de 2024 (série com ajuste sazonal);

Setores Econômicos:

- - Agropecuária: 11,30%,
- - Serviços: + 1,40%,
- - Indústria: - 0,10%.

A expectativa do Banco Central do Brasil (BC) publicada no Relatório de Inflação de junho de 2024 para o crescimento do PIB da economia brasileira em 2024 passou para 2,3%, ante 1,90 % do relatório anterior (03/2024);

Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de junho de 2024 variação de 0,21% e no acumulado dos últimos 12 meses 4,23%.

Comentário do Desempenho

CENÁRIO REGIONAL

-  No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará em 2024 e 2025 mostrou-se mais forte no primeiro semestre de 2024. A Fundação reviu, em junho de 2024, sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2024 para 3,29%, ante projeção anterior de 2,64% de março de 2024.
-  O Índice de Atividade Econômica Regional do Pará (IBCR-PA) de maio de 2024 apresentou crescimento de 2,60% em relação a maio de 2023 (série dessazonalizada).
-  A indústria paraense apresentou resultado positivo no segundo trimestre de 2024, de acordo com dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, publicada em julho de 2024, referente ao mês de maio de 2024.
-  No acumulado dos últimos 12 meses, o setor industrial do Pará registrou variação de 2,8%.

Estratégia Corporativa

Com o foco no atendimento das expectativas dos clientes, a fim de gerar a satisfação por meio de uma experiência de qualidade com todas as interações na esfera da Instituição, a Estratégia Corporativa do Banpará possui um horizonte de 05 anos, sendo revisada anualmente. Destacam-se as principais estratégias no 2T2024:

-  O aumento da cobertura bancária dentro do Estado, com a inauguração de novas agências em municípios sem unidades do Banpará;
-  Expansão da carteira imobiliária, com a ampliação dos produtos e serviços ofertados, visando a satisfação dos clientes e o aumento no *marketshare*;
-  Ampliação na atuação da comercialização de produtos voltados para a economia de baixo carbono;
-  Melhoria na criação e monitoramento de indicadores de desempenho, assim como o desenvolvimento de ações voltadas para o reconhecimento das necessidades dos clientes para executar-se melhorias internas.

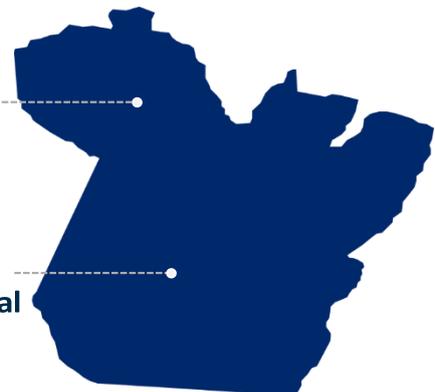
Rede de Atendimento

	241 Pontos de Atendimento*
	162 Agências
	35 Postos de Atendimento
	03 CAV's
	41 PAE's

*Agências + Postos de Atendimento + CAV's + PAE's

Cobertura Municipal
143 – **99,31%**

Cobertura Populacional
99,80%

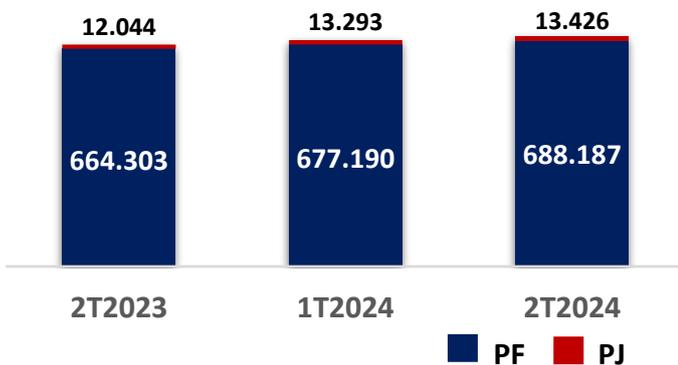


Comentário do Desempenho

O Banpará encerrou o 2T2024 presente em 143 municípios paraenses, dentre os 144 que compõem o Estado do Pará, disponibilizando à população uma rede de atendimento que contempla Agências, Postos de Atendimento, CAV's (Caixas Deslocados) e PAE's (Postos de Atendimento Eletrônico).

No Período, foram inauguradas duas agências, nos municípios de Portel e Chaves, na região do Marajó, localidades que não contavam com atendimento do Banpará. Dessa forma, o Banco firma seu compromisso em garantir a bancarização da população do Estado do Pará, desempenhando importante papel social no desenvolvimento de comunidades desassistidas.

Canais e Clientes



No 2T2024, o Banpará alcançou a base de 701.613 clientes ativos, representando um crescimento anual de 3,73%.

Em relação aos clientes Pessoa Física, o aumento em um ano foi de 3,60% e Pessoa Jurídica foi de 11,47%, evidenciando o crescimento no alcance desse público.

CANAIS DIGITAIS



No 2T2024, os canais eletrônicos oferecidos pelo Banpará registraram uma movimentação financeira de R\$ 13,27 bilhões, marcando um crescimento significativo de aproximadamente 21% em comparação com o 1T2024.

O resultado foi impulsionado pelo **Mobile Banking**, que teve um aumento de 22,27% no volume financeiro transacionado, totalizando aproximadamente R\$ 5,3 bilhões no 2T2024.

R\$ 2,88 Bi

Valor alcançado em números transacionais pela Rede de Canais.

43,95%

Das operações de crédito consignado no 2T2024 foram realizadas pelos canais digitais.

8,8%

Crescimento das operações realizadas por meio do PIX. (2T2024/1T2024)

Em número de contratações, em abril de 2024, a Rede de Canais ultrapassou pela 1ª vez, em valores, a rede de agências, nos produtos Banparacard, Consignado e Sazonal.

A Ivi, Assistente Virtual do Banpará, realizou **33.896** atendimentos no 2T2024, enquanto os atendimentos do SAC por via telefônica representaram 15.650, o que demonstra uma tendência de busca pelo

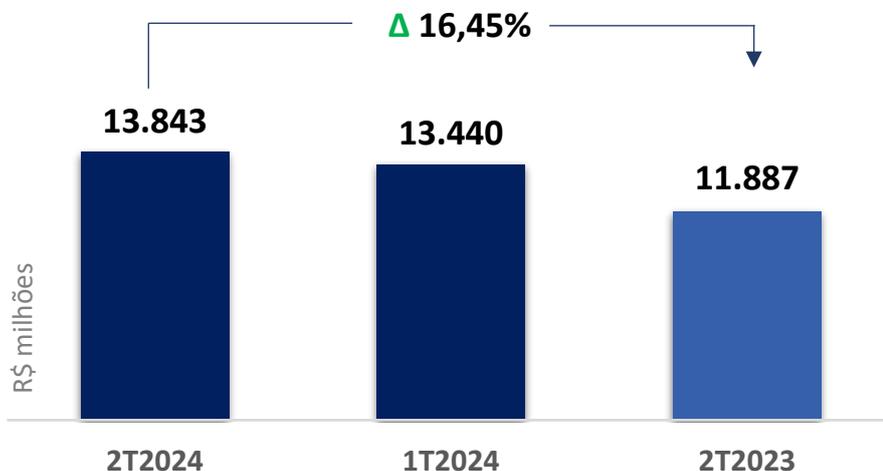


Comentário do Desempenho

atendimento virtual em uma escala de 217,28% superior aos convencionais.

Carteira de Crédito

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLA



PESSOA FÍSICA

Linha de Crédito (em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Crédito Consignado	10.354.600	10.113.727	2,40%	9.028.376	14,70%
Banparacard	1.264.180	1.277.577	-1,05%	1.294.987	-2,38%
Cheque Especial	4.539	5.328	-14,81%	6.378	-28,84%
Novo Parcelado (Crédito Parcelado)	841	493	70,71%	353	138,03%
CredComputador	147	251	-41,14%	928	-84,07%
Antecipação da Restituição do IR	15.793	12.671	24,64%	17.207	-8,22%
Sazonal	134.553	86.183	56,12%	123.960	8,55%
Parcelado Cheque	213	249	-14,52%	223	-4,47%
TOTAL	11.774.871	11.496.482	2,42%	10.472.416	12,43%

No 2T2024, o produto crédito consignado continua sendo o grande destaque da carteira PF, tendo apresentado um crescimento de 14,70% em relação ao mesmo período do ano passado.

PESSOA JURÍDICA

Linha de Crédito (em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Capital de Giro	82.699	73.820	12,02%	36.260	128,07%
Cheque Empresarial	2.953	3.562	-17,09%	4.740	-37,70%
Desconto de Duplicata	2.271	1.813	25,26%	71	3.098,5%
Giro Rápido	118.792	113.472	4,68%	63.685	86,53%

Comentário do Desempenho

Hot Money	927	854	8,54%	726	27,68%
TOTAL	207.644	193.523	7,30%	105.484	96,85%

No 2T2024 o saldo total da carteira PJ aumentou 96,85% em relação ao mesmo período do ano de 2023, e 7,30% quando comparado ao 1T2024.

Como impulsionador do resultado, destaca-se o produto desconto de duplicata, pois a quantidade de operações vem crescendo mensalmente quando comparado ao 2T2023, em que houve um aumento de saldo de R\$ 71.370,36 para R\$ 2.271.717,40.

CRÉDITO IMOBILIÁRIO

Saldo Acumulado (em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Pessoa Física	938.727	867.022	8,27%	603.182	56%
Pessoa Jurídica	113.629	105.282	7,92%	54.451	109%
TOTAL	1.052.356	972.304	8,23%	657.633	60,02%

R\$ 44,92 milhões

Receita realizada no 2T2024, oriunda das linhas PF e PJ.

0,46%

Índice de Inadimplência no 2T2024.

74,49%

Dos contratos ativos são de servidores públicos.

CRÉDITO DE FOMENTO

Linha de Crédito (em R\$ mil)	2T2024	1T2024	V3M	2T2023	V12M
Energia Solar	59.417	53.358	11,35%	18.400	222,91%
BanparáBio	21.153	17.820	18,70%	16.253	30,14%
Microcrédito	144.479	87.892	64,38%	100.258	44,11%
Crédito Rural	151.374	145.127	4,00%	121.659	24,42%
BNDES	37.718	41.508	-9,00%	31.106	21,26%
FUNGETUR	14.832	2.777	434%	2.681	453,23%
TOTAL	428.973	348.482	23,09%	290.357	47,73%

No 2T2024, em um movimento atribuído às prospecções comerciais e à demanda setorial por crédito em função da COP 30, houve um aquecimento nas vendas do produto FUNGETUR, comprovada pelos números da carteira, que apresentou um aumento de 453,23% em comparação com o mesmo período do ano passado e de 434% comparado com o 1T2024, correspondendo a um volume liberado de 12.199.112,00 no período.



A linha de financiamento para a energia solar apresentou um incremento de 222,91% quando comparado com o 2T2023, representando um importante estímulo na diversificação da

Comentário do Desempenho

matriz energética no Estado, contribuindo significativamente para a preservação do meio ambiente.

Na carteira de microcrédito, o Empodera, linha de crédito destinada ao financiamento de microempreendedoras de baixa renda, segue sendo o produto que mais contribuiu para o resultado da carteira no 2T2024, correspondendo a um volume liberado de 6.420.426,21.

Ainda na carteira de microcrédito, o Microcrédito BanparáBio teve a efetivação das suas primeiras operações piloto no mês de maio de 2024, sendo uma estratégia do Banco priorizar e adequar o fluxo de atendimento e exigência burocrática dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs), extrativistas, pescadores artesanais e agricultores familiares.

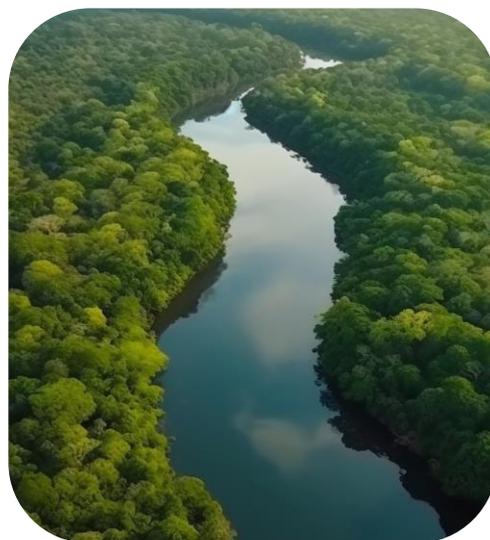
No 2T2024, alinhado a pauta social do Governo do Estado, o Banpará lançou a linha de microcrédito Jovem empreendedor, destinada exclusivamente ao financiamento de projetos elaborados por jovens, entre 18 e 29 anos, oriundos do projeto de qualificação Juventude Empreendedora da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH).

Assim, as linhas de crédito Banpará demonstram uma visão estratégica que busca conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação do meio ambiente e a promoção da justiça social. Ao investir em energia renovável, agricultura sustentável e no fortalecimento de comunidades tradicionais, o Banco contribui diretamente para a mudança da matriz energética e redução/reversão dos impactos relacionados à mudança do uso da terra, que são as principais causas emissoras de gases do efeito estufa.

Socioambiental

AÇÕES DA PRSAC E RISCOS SACG

- No 2T2024 realizou-se estudo e definição dos processos internos para mapeamento dos riscos sociais, ambientais e climáticos – riscos sac, e operacionais, no ciclo 2024;
- Análise dos riscos sac, de imagem e reputação de 36 projetos de novos produtos/serviços e de patrocínio;
- Registro de perdas decorrentes de eventos de natureza sac, discriminadas, conforme o evento, em risco social, ambiental ou climático. As perdas relacionadas a estes eventos no 2T2024 equivalem a aproximadamente 35% da base de perdas do Banco;
- Disseminação da cultura interna de riscos, por meio do Plano de Comunicação e do Programa de Treinamentos de riscos e responsabilidade sac. Realizamos divulgação de materiais educativos internos e externos, acerca de temas como Educação financeira, Ética e Transparência, Taxonomia Sustentável, Economia Circular e o papel da Instituição nesse contexto;
- Supervisão de riscos sac no relacionamento de terceiros relevantes. No 2T2024, realizou-se a verificação de conformidade com leis e regulamentos sac de 24 fornecedores;



Comentário do Desempenho

Acompanhamento diário de ferramentas, como mídias, redes sociais, canais de relacionamento, canais de reclamação, índices de reputação e etc, visando mitigar riscos relacionados a imagem e reputação, que possam impactar negativamente o Banpará e impedi-lo de alcançar seus objetivos estratégicos. Não tivemos incidentes no período que culminaram em crise de imagem ou reputação.

INICIATIVAS ESG

Ambiental

- Gestão de resíduos: continuidade do processo de credenciamento de cooperativas e/ou associações de catadores para coleta seletiva no BANPARÁ, bem como de empresas especializadas na coleta de resíduos eletrônicos e de TI, visando a destinação ambientalmente correta dos resíduos;
- Projeto em execução para diversificação de matriz energética, por meio de energia fotovoltaica para as unidades do Banpará;
- Projeto em estudo para adoção de procedimentos digitais e redução do consumo de papel nas agências.

Social

- Elaboração de projeto voltado para valorização da diversidade, equidade e inclusão;
- O Banco beneficia a saúde e o bem-estar dos funcionários, por meio de vários programas, como o programa Mais Saúde e o abono atividade física, que oferece incentivos financeiros e outros para estimular o cuidado físico e mental dos funcionários, assim como o programa de desenvolvimento educacional do Banco, que oferece treinamentos voltados para questões como ESG, combate à corrupção, riscos e outros.

Governança

- Confecção do Relatório de Sustentabilidade;
- Contratação de órgão verificador externo, para asseguarção do Relatório de Sustentabilidade e do inventário de emissões de GEE;
- Avanço nas tratativas do grupo de trabalho - GT da COP30, subsidiando a Alta Administração com projetos estratégicos para o Banpará na preparação para a COP30, com apresentação de propostas de melhorias internas e implantação de produtos e serviços com características voltadas para a sustentabilidade e turismo regional;
- Criação de equipe multidisciplinar para aquisição de solução que irá auxiliar o Banco no gerenciamento de indicadores de sustentabilidade;
- Restruturação da área de riscos financeiros, com foco na criação de área específica para modelagem de risco social, ambiental e climático;
- Criação de área específica pautada nas diretrizes ESG para o desenvolvimento de soluções financeiras com foco ambiental, fundamentalmente para projetos voltados ao atendimento das mudanças climáticas e à redução da pobreza.

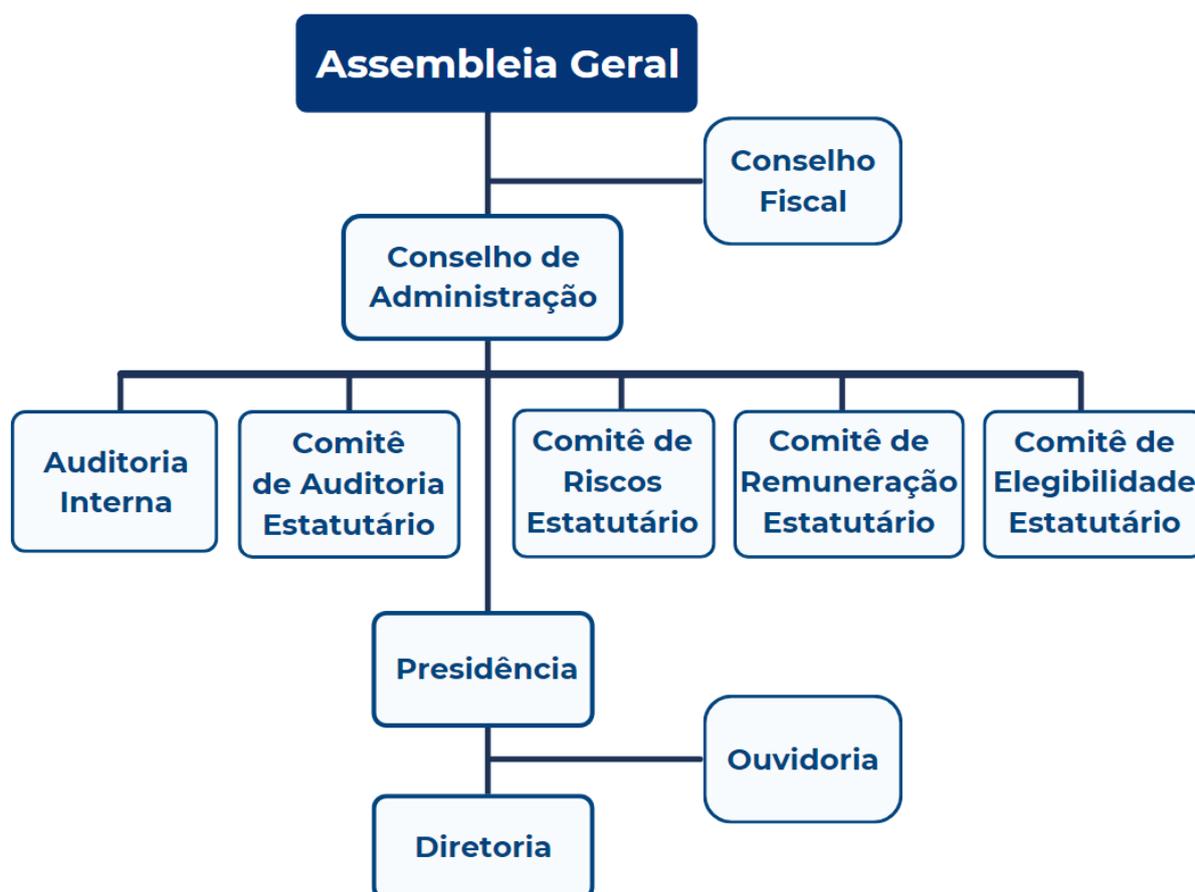
Comentário do Desempenho

AÇÕES PARA MITIGAÇÃO DE RISCOS OPERACIONAIS

- Avaliação dos projetos estratégicos, visando identificar os principais riscos operacionais que podem impactar na implantação e disponibilização de novos produtos e/ou serviços, bem como são sugeridas as mitigações, visando minimizar a exposição ao risco;
- Levantamento e tratamentos das perdas operacionais, onde a área de risco atua em conjunto com o gestor na identificação da causa raiz e sugere ações mitigatórias, visando melhorias nos processos e evitar maiores prejuízos a Instituição;
- A Instituição possui declarado seu apetite ao risco operacional, bem como possui implementados 12 indicadores chaves de risco, ambos são monitorados e reportados a Alta Administração, visando fornecer informações para apoiar na tomada de decisão.

Governança Corporativa

O Banco do Estado do Pará S.A está aderente às melhores práticas de mercado, no que se refere à sua estrutura de Governança Corporativa. Para isso, a instituição conta com uma estrutura sólida e bem definida, composta da seguinte forma:



O Banpará é administrado por um Conselho de Administração, eleito e destituível pela Assembleia Geral, e por uma Diretoria Colegiada, eleita e destituível pelo Conselho de Administração.

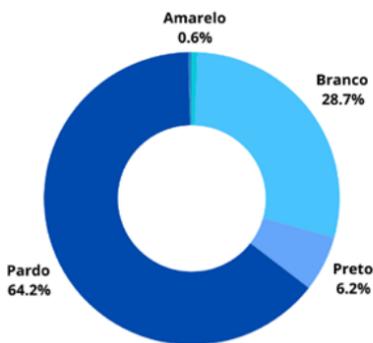
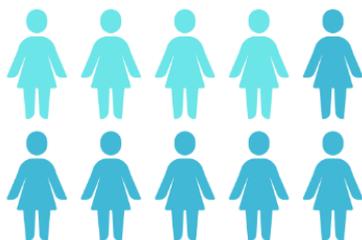
Comentário do Desempenho

Conselho da Administração 08 membros 25% independentes	Gênero 03 femininos 05 masculinos
Conselho Fiscal 03 membros 100% independentes	Gênero 03 masculinos
Diretoria 06 membros 100% funcionários de carreira	Gênero 02 femininos 04 masculinos

Recursos Humanos

Diversidade:

No banpará, as Mulheres compõem 42% dos postos de liderança



70,4% dos líderes são pretos e pardos.

Capacitação:

- Plano Anual de Treinamento - PAT
- Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará (PDEB):
- Programa de Instrutoria Interna (ProgIB)
- Programa de Certificações Legais (ANBIMA/ABECIP)

Saúde do Trabalho:

- Campanhas de Vacinação BANPARÁ 2024 e palestras sobre: Conscientização do Combate ao Relacionamento Abusivo e Saúde Bucal.



Comentário do Desempenho

Premiação



SELO MAIS MULHERES NA LIDERANÇA

No 1S2024, o Banpará recebeu o **Selo Mais Mulheres na Liderança**, concedido pela Associação Brasileira de Bancos (ABBC), para às instituições associadas que demonstram um compromisso com a promoção da equidade de gênero em suas estruturas de liderança, demonstrando o empenho do Banco em promover a diversidade e a inclusão em seus aspectos de sua operação.



AUTORREGULAÇÃO BANCÁRIA

Compromisso com a excelência
FEBRABAN

SELO DE AUTORREGULAÇÃO

O Banpará alcançou a renovação do **Selo de Autorregulação** da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que confirma o compromisso voluntário com os eixos:

- Relacionamento com o consumidor;
- Combate ao financiamento do terrorismo e PLD; e
- Responsabilidade Socioambiental.

Ratings

AGÊNCIA	DATA	ESCALA	LONGO PRAZO	CURTO PRAZO	PERSPECTIVA
MOODY'S	Jul/24	Local	AA-.br	ML A-1.br	Estável
	Out/23	Global	Ba2	NP	Estável
STANDARD & POOR'S	Ago/23	Local	BrAA+	BrA-1+	Estável
	Ago/23	Global	BB-	B	Estável

Composição Acionária

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto, representadas pelo código BPAR3.

ACIONISTAS	QTDE.	%
Governo do Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda CAFBEP PRE MUL FDO INV	755	0,0079%
Administradores	16	0,0002%
Demais Acionistas	1.445	0,0152%
TOTAL	9.521.649	100%

Comentário do Desempenho

Marketing

- O Banco patrocinou, dentre outros, o maior evento do estado, conhecido como Parazão Banpará.
- A instituição destacou-se por seu apoio aos projetos do Instituto Ipearte e do Instituto Maestro Wilson Fonseca, que proporcionam a inclusão social por meio de oficinas gratuitas nas áreas de música, dança e teatro, fortalecendo a cultura do estado e a marca do Banpará.
- Banpará concentrou-se em reforçar sua presença online, além dos canais tradicionais, ampliando o engajamento do público e estimulando o acesso aos seus produtos e serviços financeiros.
- Foram destinados recursos para entidades filantrópicas e outros projetos nas áreas de Cultura, Fomento e Esporte, reafirmando assim o compromisso institucional e estimulando tanto a cultura quanto a economia local nos diferentes municípios.
- Essas ações de apoio e patrocínio refletem o comprometimento do Banco do Estado do Pará com o fomento de atividades esportivas, culturais e sociais de grande relevância para a comunidade paraense, buscando contribuir de forma significativa para o seu crescimento e desenvolvimento.

Controles Internos e Compliance

A área de Controles Internos e *compliance* tem como objetivo garantir que as atividades da Instituição sejam realizadas de acordo com:

- Ambiente de controle alinhado à legislação vigente;
- Diretrizes internas;
- Boas práticas de governança corporativa;
- Foco no eficaz gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos e conformidade segue uma estrutura baseada nos principais componentes:
 - COSO (committee of sponsoring organizations);
 - Resolução CMN nº 4.968/2021; e
 - Resolução nº 4.595/2017.
- Desta maneira, os riscos que possam impactar a consecução dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco são identificados, avaliados e tratados dentro do contexto do apetite a riscos definido pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração.

DE QUE FORMA ISSO É FEITO?

Implementação de atividades de avaliação de risco de *compliance* e de controle realizada pela área, visando assegurar, de maneira apropriada e oportuna, respostas eficazes aos riscos avaliados.

Comentário do Desempenho

2T2024: Foi confeccionado pela área de controle interno e de *compliance* o Relatório de Acompanhamento dos Planos de Ação de PLD-FT que apresenta as medidas de controle e os planos de ação implementados pela área gestora de PLD-FT em resposta recomendações do Relatório de Avaliação de Efetividade da Política de PLD-FT, elaborado no 1T 2024, conforme estabelecido pela Carta Circular nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020.

Adicionalmente, concluiu-se a atividade de mapeamento dos controles, correspondente à última etapa do processo de "Avaliação dos Riscos". Essa atividade visa avaliar o risco residual após a aplicação dos controles sobre os riscos inerentes dos processos avaliados, totalizando 34 processos.

Os resultados demonstraram que, na grande maioria dos casos, os níveis de cobertura dos controles sobre os riscos operacional, socioambiental e climático são suficientes e efetivos na mitigação dos riscos e seus fatores. Nos casos em que foram constatados riscos acima do apetite estabelecido, foram geradas recomendações de melhoria.

Estas recomendações estão sendo tratadas em conjunto com os gestores dos processos para corrigir e reduzir as vulnerabilidades constatadas a níveis de risco aceitáveis.

A instituição está em constante aprimoramento de processos e procedimentos sobre o tema, visando seu comprometimento com as melhores práticas e proporcionando um ambiente mais seguro e eficiente para seus clientes e o mercado.

Projetos Estratégicos

Principais projetos em andamento, a fim de atualizar e ampliar a gama de produtos e serviços disponibilizados pelo banco aos seus cliente, com foco na facilitação do acesso a grupos menos privilegiados, bem como estimular o desenvolvimento sustentável da região, enquanto contribuem para metas globais de preservação ambiental e inclusão social:

BanparaBio+ - Sistema de Pagamento por Serviços Ambientais, que busca recompensar financeiramente serviços prestados ao meio ambiente.

Linhas de crédito para Capital de Giro com garantia do Fundo de Amparo ao Pequeno e Microempreendedor e FGI PEAC (Programa Emergencial de Acesso a Crédito): direcionados principalmente para clientes que, de outra forma, teriam dificuldade em obter crédito para o desenvolvimento de suas atividades.

Condução de projetos voltados para o desenvolvimento socioeconômico do estado do Pará, como o **FUNGETUR Investimento**, com foco especial em iniciativas alinhadas aos temas abordados na COP30.

Entrega 2T2024 - Letra de Crédito Imobiliária: opção adicional de investimento com bom potencial de retorno financeiro, considerada uma opção de baixo risco, além de diversificar suas carteiras de investimento, reduzindo o risco de mercado e beneficiar-se da isenção do Imposto de Renda sobre os rendimentos obtidos com o produto.

Comentário do Desempenho

Agradecimentos

As realizações alcançadas no 2º trimestre de 2024 são frutos da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

Diretora-Presidente

Ruth Pimentel Mélo

Diretor de Controle, Risco e Relações com Investidores

Igor Barbosa Gonçalves

Diretores

Adriano de Aguiar Ribeiro

Graciele Silva de Sousa Galvão

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho

Vando Vagner Soares Ferreira

Chefe do Núcleo de Relações com Investidores

Paula Alcantara Bastos Martins



Notas Explicativas

Notas Explicativas 2T2024



Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

O Banco do Estado do Pará S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (patrimônio líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução BCB nº 2/2020 e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Para contabilização das operações foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

CPC 00 (R2) – Pronunciamento Conceitual Básico – Resolução CMN nº 4.924/2021;
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 4.924/2021;

Notas Explicativas

- CPC 02 (R2) – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis– Resolução CMN nº 4.524/2016;
- CPC 03 (R2) – Demonstração do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 04 (R1) – Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016;
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011;
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Resolução CMN nº 4.924/2021;
- CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 4.818/2020;
- CPC 25 – Provisões Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009;
- CPC 27 – Imobilizado – Resolução CMN nº 4.535/2016;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.877/2020;
- CPC 41 – Resultado por ação – Resolução BCB nº 2/2020; e
- CPC 46 – Mensuração do Valor do Justo – Resolução CMN nº 4.924/2021.

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas em 8 de agosto de 2024.

Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Notas Explicativas

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; créditos tributários sobre diferenças temporárias, provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 5 – Títulos e valores mobiliários;

Nota Explicativa nº 7.2 – Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota Explicativa nº 16 – Provisões, ativos e passivos contingentes;

Nota Explicativa nº 19 – Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde;
e

Nota Explicativa nº 22 – Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido.

Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

Notas Explicativas

Moeda funcional

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Financeiras.

a. Apuração do Resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas decorrentes das operações ativas e passivas deve ser realizada *pro-rata temporis*, considerando o número de dias corridos.

b. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos e outros fins. Possuem liquidez imediata, com vencimento ou carência igual ou inferior a 90 (noventa) dias, e não estão sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

c. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

d. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

Notas Explicativas

Títulos para Negociação: adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do art. 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial e no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Títulos mantidos até o Vencimento: adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados são apropriados ao resultado. O Banco, em 30 de junho de 2024, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

e. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante o exercício de 30 de junho 2024, o Banco não operou com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuía qualquer saldo registrado e/ou apurou resultado de operações dessa natureza.

Notas Explicativas

f. Relações Interfinanceiras

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o Fundo de Compensação de Valores Salariais (FCVS) são vinculados ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos de Compensações de Variações Salariais (CVS) pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os Bancos/Agentes Financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

g. Operações de Crédito

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Notas Explicativas

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração do Banco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração do Banco quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e a partir do 60º dia em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração do Banco na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do Banco e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7.2).

Notas Explicativas

i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Esses valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota Explicativa nº 8b).

j. Outros Valores e Bens

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou do financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

k. Investimentos

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

l. Imobilizado de uso

Corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; veículos 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Administração do Banco entende serem essas as taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência. A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota Explicativa nº 09.

Notas Explicativas

m. Intangível

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados à manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo com a Resolução CMN nº 4.534/2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados. A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 09.

n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. Esse procedimento é realizado, no mínimo, anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota Explicativa nº 10.

Notas Explicativas

p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores classificados como prováveis são provisionados e divulgados nas notas explicativas, os valores classificados como de perdas possíveis, não são reconhecidos contabilmente, apenas divulgados em notas explicativas. Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados às ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de cinco anos do direito à execução.
- Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas Demonstrações Financeiras porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

Notas Explicativas

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Financeiras.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota Explicativa nº 16.

q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020, suportados por estudo de capacidade de realização.

r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº 4.877/2020.

Notas Explicativas

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

s. Outros ativos e passivos

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

t. Demonstração do valor adicionado

O Banco elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) – CVM nº 199/2024, apresentada como parte integrante das Demonstrações Financeiras.

u. Resultado não-recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banpará considera, para mensurar os resultados como não recorrentes, o período de dois anos que antecedem e que sucedem a data base.

v. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao exercício a que se referem as Demonstrações Financeiras, é aquele evento favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do exercício e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as Demonstrações Financeiras;
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.06.2024	31.12.2023
Caixa	265.144	212.413
Disponibilidades em moeda nacional	238.751	194.143
Disponibilidades em moeda estrangeira	26.393	18.270
Equivalente de Caixa	179.030	100.019
Aplicações interfinanceiras de liquidez	179.030	100.019
Total	444.174	312.432

O montante de R\$ 444.174 em 30 de junho de 2024 (R\$ 312.432 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.2024	31.12.2023
Aplicações - Mercado Aberto	179.030	100.019
Posição bancada	179.030	100.019
Letras financeiras do tesouro	79.004	-
Letras do tesouro nacional	100.026	-
Notas do tesouro nacional	-	100.019
Aplicações - Depósitos interfinanceiros	592.072	502.602
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	592.072	502.602
Total	771.102	602.621

Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Posição bancada	14.173	28.700	21.560	51.005
Depósitos interfinanceiros	10.021	19.470	10.862	24.813
Total	24.194	48.170	32.422	75.818

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários, tendo sua redução justificada pela diminuição no saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez em decorrência da redução da taxa SELIC durante os últimos meses.

Notas Explicativas

5. Títulos e Valores Mobiliários

5.1 Classificação por tipo de papel

Títulos	30.06.2024	31.12.2023
Livres	1.148.785	611.357
Letras Financeiras do Tesouro	854.231	323.539
CVS (a)	37.555	44.621
Letras de crédito imobiliário	255.509	241.696
Cotas de fundos de investimento em participações (b)	1.417	1.437
Bladex	73	64
Vinculados a operações compromissadas	582.988	1.101.775
Letras Financeiras do Tesouro	582.988	1.101.775
Vinculados ao Banco Central	116.615	130.937
Letras Financeiras do Tesouro	116.615	130.937
Vinculados à prestação de garantia	-	7.132
Letras Financeiras do Tesouro	-	7.132
Total	1.848.388	1.851.201
Circulante	1.809.343	1.805.079
Não circulante	39.045	46.122

(a) Banpará mantém em sua carteira títulos de Certificados de Variação Salarial (CVS) emitidos pelo Tesouro Nacional como parte da securitização das dívidas remanescentes do Fundo de Compensação de Variação Salarial – FCVS, provenientes da liquidação de contratos de financiamento habitacional. Estes títulos são mantidos na carteira bancária, ou seja, até o seu vencimento. Quanto à metodologia de marcação a mercado (MaM), o preço unitário (PU) de cada título é discriminado por tipo (A, B, C e D) e calculado mensalmente por meio do fluxo de caixa descontado, utilizando a curva de juros de cupom de Taxa Referencial (TR) como fator de desconto. Nesse contexto, entendemos que o ajuste a valor de mercado serve apenas como informação adicional, não sendo registrado nas Demonstrações Financeiras.

(b) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de doze anos, podendo ser prorrogado por mais três anos.

Notas Explicativas

5.2 Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Sem vencimento	Meses		Anos			30.06.2024	31.12.2023
		Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
Títulos para negociação	-	263.013	-	600.033	373.663	572.634	1.809.343	1.805.079
Títulos públicos	-	263.013	-	600.033	373.663	572.634	1.809.343	1.805.079
Letras de crédito imobiliário	-	255.509	-	-	-	-	255.509	241.696
Letras financeiras tesouro	-	7.504	-	600.033	373.663	572.634	1.553.834	1.563.383
Títulos mantidos até o vencimento (a)	-	-	1.417	37.555	-	-	38.972	46.058
Títulos públicos	-	-	-	37.555	-	-	37.555	44.621
CVS	-	-	-	37.555	-	-	37.555	44.621
Títulos privados	-	-	1.417	-	-	-	1.417	1.437
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	1.417	-	-	-	1.417	1.437
Títulos sem vencimento	73	-	-	-	-	-	73	64
Outros títulos de renda variável aplicado no exterior	73	-	-	-	-	-	73	64
Bladex	73	-	-	-	-	-	73	64
Total em 30.06.2024	73	263.013	1.417	637.588	373.663	572.634	1.848.388	-
Total em 31.12.2023	64	320.925	248.828	471.775	454.160	355.449	-	1.851.201

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 30 de junho de 2024 e de 31 de dezembro 2023. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

5.3 Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.06.2024		31.12.2023		30.06.2024	31.12.2023
	Custo amortizado	Mercado	Custo amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	1.808.604	1.809.343	1.805.007	1.805.079	739	72
Letras de crédito imobiliário	255.509	255.509	241.696	241.696	-	-
Letras financeiras do tesouro	1.553.095	1.553.834	1.563.311	1.563.383	739	72
Mantidos até o vencimento (a)	38.972	38.972	46.058	46.058	-	-
CVS	37.555	37.555	44.621	44.621	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.417	1.417	1.437	1.437	-	-
Sem vencimento	73	73	64	64	-	-
Bladex	73	73	64	64	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Notas Explicativas

5.4 Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado.	Saldo		
	30.06.2024	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito imobiliário	255.509	-	255.509
Letras financeiras do tesouro	1.553.834	1.553.834	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	37.555	-	37.555
Cotas de fundos de invest. em participações.	1.417	-	1.417
Sem vencimento			
Bladex	73	-	73
Total	1.848.388	1.553.834	294.554

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2023	Nível 1	Nível 2
Para negociação			
Letras de crédito imobiliário	241.696	-	241.696
Letras financeiras do tesouro	1.563.383	1.563.383	-
Mantidos até o vencimento			
CVS	44.621	-	44.621
Cotas de fundos de invest. em participações	1.437	-	1.437
Sem vencimento			
Baldex	64	-	64
Total	1.851.201	1.563.383	287.818

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, cujo os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Notas Explicativas

Nível 3 – Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Rendas com títulos e valores mobiliários:

Contas	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Resultado de títulos de renda fixa	46.241	94.534	50.404	100.184
Resultado de títulos de renda variável	(10)	(19)	(1)	3
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	84	667	709	1.886
Total	46.315	95.182	51.112	102.073

6. Relações Interfinanceiras

Contas	30.06.2024	31.12.2023
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	211.156	223.804
Recolhimento de Depósitos Voluntários	37.014	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	204.672	277.359
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	358.574	342.108
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	54.306	53.948
(-) Provisão para perdas em títulos vinculados	(507)	-
Total	865.215	897.219
Circulante	810.909	843.271
Não circulante	54.306	53.948

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 54.306 em 30 de junho de 2024 (R\$ 53.948 em 31 de dezembro de 2023). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% a.a., quando utilizado recursos do FGTS e 6,17% a.a., quando utilizados recursos próprios, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

Notas Explicativas

7. Operações de Crédito

7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

a. Por tipo de operação

	30.06.2024	31.12.2023
Operações de crédito	13.681.766	12.756.479
Empréstimos e Títulos descontados	12.382.503	11.650.926
Financiamentos	97.136	86.415
Financiamentos rurais e agroindustriais	150.249	139.963
Financiamentos imobiliários	1.051.878	879.175
Outras rubricas	161.237	184.432
Valores a receber relativos a transações de pagamento	108.259	110.148
Operações de câmbio	52.978	74.284
Total da carteira de crédito	13.843.003	12.940.911
(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)	(377.751)	(332.605)
Provisões constituídas	(374.766)	(327.952)
Outros créditos (Nota 8)	(2.985)	(4.653)
Total da carteira de crédito líquido de provisões	13.465.252	12.608.306
Circulante	3.744.101	3.391.113
Não circulante	9.721.151	9.217.193

b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.06.2024	31.12.2023
Pessoa física	13.414.494	12.560.356
Consignados	10.354.601	9.837.970
Banparacard	1.264.180	1.274.586
Cheque especial	4.722	5.511
Cartão de crédito	180.435	181.090
Sazonais	150.347	2.643
Imobiliário	938.727	784.566
Outros	521.482	473.990
Pessoa jurídica	428.509	380.555
Cheque empresarial	2.958	3.638
Capital de giro	216.324	165.175
Imobiliário	113.630	95.096
Outros	95.597	116.646
Total	13.843.003	12.940.911

Notas Explicativas

c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2024	31.12.2023
Parcelas vincendas	8.316.950	4.527.215	294.265	118.689	140.972	36.405	26.949	57.653	175.803	13.694.901	12.799.198
Até 30 dias	232.868	173.255	43.601	8.981	5.620	3.243	2.226	2.909	9.732	482.435	400.778
31 a 60 dias	67.427	61.707	52.488	5.936	3.483	2.182	1.070	1.086	4.878	200.257	366.936
61 a 90 dias	199.500	135.154	12.485	7.526	3.536	2.425	1.395	1.842	6.425	370.288	333.872
91 a 180 dias	652.978	400.606	41.917	18.202	9.055	3.738	3.739	4.777	16.717	1.151.729	717.465
181 a 360 dias	939.019	525.495	41.188	28.559	14.201	5.184	3.857	6.898	26.462	1.590.863	1.616.664
Acima de 360 dias	6.225.158	3.230.998	102.586	49.485	105.077	19.633	14.662	40.141	111.589	9.899.329	9.363.483
Parcelas vencidas	-	14.724	4.712	11.664	8.564	9.381	11.919	12.018	75.120	148.102	141.713
Até 14 dias	-	14.609	2.136	1.243	695	523	563	673	2.285	22.727	24.286
15 a 30 dias	-	115	2.576	2.406	572	2.180	282	319	1.089	9.539	9.594
31 a 60 dias	-	-	-	8.015	1.046	891	1.135	1.626	4.556	17.269	15.107
61 a 90 dias	-	-	-	-	6.251	1.359	2.643	1.852	5.947	18.052	14.661
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	4.428	7.296	7.542	15.811	35.077	38.463
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	6	45.420	45.426	39.463
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	12	12	139
Total em 30.06.2024	8.316.950	4.541.939	298.977	130.353	149.536	45.786	38.868	69.671	250.923	13.843.003	-
Total em 31.12.2023	7.730.964	4.390.045	265.526	62.034	141.505	33.847	32.508	63.008	221.474	-	12.940.911

d. Por setores de atividade

Setores	30.06.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Varejo - Pessoas Físicas	12.324.564	89,03	11.632.945	89,90
Varejo - Pessoas Jurídicas	225.134	1,63	171.994	1,32
Rural - Pessoa Física e Jurídica	150.250	1,09	139.964	1,08
Fomento - Pessoa Física e Jurídica	37.719	0,27	42.062	0,33
Imobiliário - Pessoa Física e Jurídica	1.052.357	7,60	879.662	6,80
Cambio - Pessoa Física e Jurídica	52.979	0,38	74.284	0,57
Total	13.843.003	100,00	12.940.911	100,00

e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.06.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	51.015	0,37	55.357	0,43
10 seguintes maiores devedores	204.674	1,48	189.037	1,46
20 seguintes maiores devedores	138.890	1,00	122.167	0,94
50 seguintes maiores devedores	107.374	0,78	97.204	0,75
100 seguintes maiores devedores	120.383	0,87	113.514	0,88
Demais devedores	13.220.667	95,50	12.363.632	95,54
Total	13.843.003	100,00	12.940.911	100,00

Notas Explicativas

7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e com base nessa classificação constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.06.2024	31.12.2023
Saldo no início do período	(327.952)	(230.704)
Provisões constituídas	(1.332.112)	(2.064.394)
Reversões de provisões	1.161.273	1.797.018
Valores baixados ou compensados com créditos	124.025	170.128
Saldo final do período	(374.766)	(327.952)
Outros créditos - Saldo no início do período	(4.653)	(3.949)
Provisões constituídas	(21.797)	(55.612)
Reversões de provisões	23.465	54.908
Outros créditos - Saldo no final do período	(2.985)	(4.653)
Saldo final do período	(377.751)	(332.605)
Circulante	(199.574)	(186.316)
Não circulante	(178.177)	(146.289)

7.3. Movimentação da carteira de renegociação

Contas	30.06.2024	30.06.2023
Saldo no início do período	188.917	149.998
Renegociação	65.135	58.747
Recebimentos	(26.682)	(34.694)
Baixas	(4.699)	(6.412)
Saldo final do período	222.671	167.639
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(87.971)	(61.214)
Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação	39,51%	36,52%

7.4. Rendas de operações de crédito

Contas	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Adiantamento a depositante	70	97	32	171
Empréstimo	707.908	1.387.320	608.106	1.173.832
Financiamento com interveniência	5.032	9.131	1.964	3.167
Recuperação de crédito baixado como prejuízo	13.818	25.729	12.568	21.428
Financiamentos rurais	4.189	7.973	3.506	6.541
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	22.813	43.346	14.170	25.969
Total	753.830	1.473.596	640.346	1.231.108

Notas Explicativas

8. Outros Créditos

Contas	30.06.2024	31.12.2023
Carteira de câmbio	112.206	131.909
Créditos a receber	6.661	7.250
Serviços prestados a receber	6.655	7.243
Serviços prestados em arranjo de pagamento	6	7
Créditos diversos	561.944	488.516
Adiantamento e antecipações salariais	22.452	8.122
Adiantamento para pagamento	53.800	66.122
Devedores por depósitos em garantia (a)	122.524	117.036
Imposto e contribuições a compensar	141.092	126.381
Pagamentos a ressarcir	2.793	1.999
Título e crédito a receber sem característica de concessão	3.664	5.718
Valores a receber a título de transações de pagamento (b)	108.259	110.148
Devedores diversos – País (c)	107.361	52.990
Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	(8.982)	(8.653)
Com característica de concessão de crédito (Notas 7.1 e 7.2)	(2.985)	(4.653)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(5.997)	(4.000)
Circulante	671.830	619.022

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, conforme nota 16.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 108.259 em 30 de junho de 2024 (R\$ 110.148 em 31 de dezembro de 2023) e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2024	31.12.2023
BANPARÁ Mastercard	108.242	110.116
Valores a faturar	13.997	16.008
Faturados a receber	39.025	35.729
Parcelado lojista a agendar bandeira	55.220	58.379
Cartão BANPARÁ	17	32
Parcelado sem juros	17	32
Total	108.259	110.148

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 107.361 em 30 de junho de 2024 (R\$ 52.990 em 31 de dezembro de 2023), registrado principalmente pelos valores transitórios correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

Notas Explicativas

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 5.997 em 30 de junho de 2024 (R\$ 4.757 em 30 de junho de 2023), conforme demonstrativo abaixo:

Contas	30.06.2024	30.06.2023
Saldo no início do período	(4.000)	(6.251)
Provisões constituídas	(6.594)	(4.648)
Reversões de provisões	4.597	6.142
Saldo final do período	(5.997)	(4.757)

9. Imobilizado de uso e Intangível

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e equip. de uso	Sistema de comunicação	Sist. proc. dados e equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	1.272	59.074	25.321	10.836	123.252	15.192	171	235.118
Depreciação acumulada	-	(38.179)	(17.848)	(7.305)	(103.653)	(9.046)	(171)	(176.202)
Líquido 31.12.2023	1.272	20.895	7.473	3.531	19.599	6.146	-	58.916
Aquisições	(4)	-	1.188	-	31	-	-	1.215
Baixas custo	-	-	(79)	(27)	(144)	(1)	-	(251)
Baixas depreciação	-	-	77	24	144	1	-	246
Depreciação	-	(325)	(874)	(374)	(2.780)	(524)	-	(4.877)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação líquida	(4)	(325)	312	(377)	(2.749)	(524)	-	(3.667)
Custo	1.268	59.074	26.430	10.809	123.139	15.191	171	236.082
Depreciação acumulada	-	(38.504)	(18.645)	(7.655)	(106.289)	(9.569)	(171)	(180.833)
Líquido 30.06.2024	1.268	20.570	7.785	3.154	16.850	5.622	-	55.249

O Banco, buscando melhorias tecnológicas, vem investindo no seu intangível composto por softwares, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, por intangíveis em curso que representam os sistemas que se encontram em desenvolvimento e, como ainda não foram concluídos, não sofrem amortização, e por outros ativos intangíveis que se referem, em sua maioria, a termos de cooperação realizados junto ao Governo do Estado do Pará destinado a integração da infraestrutura para rede de comunicação de dados, voz e imagem e por não terem vida útil definida não sofrem amortização e, quando aplicável, os valores são ajustados ao valor recuperável (*impairment*).

Notas Explicativas

Intangível	Software	Intangível em curso	Marcas	Outros ativos intangíveis	Total
Custo	176.882	39.090	3.000	13.851	232.823
Amortização acumulada	(95.676)	-	(1.125)	(14)	(96.815)
Líquido 31.12.2023	81.206	39.090	1.875	13.837	136.008
Aquisições	14.669	40.866	-	3	55.538
Baixas custo	(16.764)	-	-	-	(16.764)
Baixas amortização	16.764	-	-	-	16.764
Amortização	(17.531)	-	(750)	(5)	(18.286)
Transferências	2.711	(2.711)	-	-	-
Movimentação líquida	(151)	38.155	(750)	(2)	37.252
Custo	177.498	77.245	3.000	13.854	271.597
Amortização acumulada	(96.443)	-	(1.875)	(19)	(98.337)
Líquido 30.06.2024	81.055	77.245	1.125	13.835	173.260

10. Depósitos e captações no mercado aberto

a. Composição por tipo de depósito

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados à taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

Contas	30.06.2024	31.12.2023
Circulante	10.293.846	10.381.179
Depósitos à vista	1.252.256	863.389
Depósitos do público	394.636	463.109
Depósitos de instituições financeiras	402	402
Depósitos vinculados	11.970	14.727
Depósitos de governo	845.248	385.151
Depósitos a prazo	6.672.169	7.285.937
Depósitos de poupança	1.821.255	1.777.554
Depósitos interfinanceiros	548.166	454.299
Não circulante	3.752.702	2.493.935
Depósitos a prazo	3.752.702	2.493.935
Total	14.046.548	12.875.114

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do art. 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

Notas Explicativas

b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2024	31.12.2023
Sem vencimento	1.252.256	354	-	1.821.255	3.073.865	2.640.995
Até 30 dias	-	362.456	-	-	362.456	202.148
De 31 a 60 dias	-	137.971	-	-	137.971	243.204
De 61 a 90 dias	-	253.907	-	-	253.907	236.905
De 91 a 180 dias	-	1.415.041	548.166	-	1.963.207	885.502
De 181 a 360 dias	-	4.502.440	-	-	4.502.440	4.219.957
Acima de 360 dias	-	3.752.702	-	-	3.752.702	4.446.403
Total	1.252.256	10.424.871	548.166	1.821.255	14.046.548	12.875.114

c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2024	31.12.2023
Sociedades ligadas	725.700	5.170.662	-	-	5.896.362	4.257.554
Pessoas físicas	261.221	1.516.692	-	1.763.034	3.540.947	3.457.226
Invest. institucionais	-	2.010	-	-	2.010	2.004
Instituição financeira	402	-	-	-	402	402
Pessoas jurídicas	135.735	2.583.409	-	58.221	2.777.365	3.598.811
Governo municipal	120.466	1.152.098	-	-	1.272.564	1.098.720
Outros	8.732	-	548.166	-	556.898	460.397
Total	1.252.256	10.424.871	548.166	1.821.255	14.046.548	12.875.114

d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras financeiras do tesouro	30.06.2024	31.12.2023
Recompras a liquidar - Carteira própria	581.643	1.100.173
Total	581.643	1.100.173

e. Despesas de captação

	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Depósitos de poupança	(28.841)	(55.855)	(29.136)	(58.868)
Depósitos interfinanceiros	(12.062)	(23.867)	-	-
Depósitos a prazo	(198.683)	(390.150)	(239.874)	(489.640)
Depósitos judiciais	(2)	(3)	(1)	(2)
Operações compromissadas – Carteira própria e terceiros	(14.187)	(32.095)	(4.803)	(7.792)
Letras financeiras	(14.244)	(28.617)	(5.846)	(11.696)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(4.097)	(8.115)	(3.865)	(7.773)
Total	(272.116)	(538.702)	(283.525)	(575.771)

Notas Explicativas

11. Relações Interfinanceiras

	30.06.2024	31.12.2023
Transação de pagamento	123.819	102.019
Total	123.819	102.019

O montante de R\$ 123.819 em 30 de junho de 2024 (R\$ 102.019 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a transações de pagamento em operações nacionais e internacionais.

12. Emissão de Títulos

	30.06.2024	31.12.2023
Circulante	3.023	189.192
Recursos de letras financeiras	3.023	189.192
Não circulante	668.598	319.137
Recursos de letras financeiras	668.598	319.137
Total	671.621	508.329

O montante de R\$ 671.621 em 30 de junho de 2024 (R\$ 508.329 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a obrigações por letras financeiras emitidas pelo Banco, cujas as taxas variam entre 107% a 107,5% do CDI, com prazos entre 2 a 5 anos (em 31 de dezembro de 2023 entre 106% e 107,5%, com prazos de 2 a 5 anos). Em decorrência da estratégia de negócios, o banco voltou a buscar captação de recursos financeiros junto a clientes.

13. Obrigações por Empréstimos e Repasses

	30.06.2024	31.12.2023
No exterior	11.415	9.577
No país	148.264	42.774
Total	159.679	52.351

O montante de R\$ 159.678 em 30 de junho de 2024 (R\$ 52.351 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a obrigações por empréstimo e repasses no país e no exterior.

No exterior são operações, principalmente, de Captação (*Funding*) em bancos de outros países.

No país refere-se a empréstimos provenientes do FUNGETUR e obrigações por repasses do BNDES que objetiva o fomento do setor turístico.

Notas Explicativas

14. Provisões

As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo do grupo “Provisões”:

Contas	30.06.2024	31.12.2023
Circulante	220.831	206.844
Provisão com pessoal	104.327	83.866
Provisão com PLR	30.917	26.666
Provisão para outras despesas administrativas	44.185	54.910
Passivo para risco – Trabalhista	25.711	25.849
Passivo para risco – Cível	9.686	9.780
Passivo para risco – Tributária	3.216	3.168
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	63	63
Outros	2.726	2.542
Não circulante	33.082	23.363
Passivo para risco – Trabalhista*	19.628	13.736
Passivo para risco – Cível*	8.232	4.664
Passivo para risco - Tributário *	5.222	4.963
Total	253.913	230.207

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	30.06.2024	31.12.2023
Circulante	328.277	257.016
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	55.203	4.648
Sociais e estatutárias	30.996	5.195
Fiscais e previdenciárias	33.200	38.100
Obrigações por convênios	17.377	12.681
Obrigações por prestação de serviços	87.091	89.311
Credores por recursos a liberar	24.743	21.999
Credores diversos – País (a)	17.253	25.038
Operação de Interbancário para liquidação futura	59.832	58.988
Obrigações por transações de pagamento	23	14
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	573	492
Outras obrigações	1.986	550
Total	328.277	257.016

(a) O montante de credores diversos, composta, principalmente, de operações com cartão de crédito, totalizou R\$ 17.253 em 30 de junho de 2024 (R\$ 25.038 em 31 de dezembro de 2023).

Notas Explicativas

16. Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Ativos contingentes

Após transitada em julgado ação que autorizou o Banco a deduzir as despesas de Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT nos termos da Lei 6.321/76, a base estimada de aproximadamente R\$ 81.229 gerou um benefício fiscal de R\$ 7.769 registrado na contabilidade em junho de 2024 referente diferença de pagamentos a maior de IRPJ sobre despesas com o PAT ainda passível de habilitação do crédito junto a autoridade fiscal. O crédito registrado representa aproximadamente 10% do valor de base do crédito, já deduzidos os valores compensados no mesmo período em relação ao Programa.

b. Provisões e passivos contingentes

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 45.339 em 30 de junho de 2024 (R\$ 39.585 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 52.530 em 30 de junho de 2024 (R\$ 11.599 em 31 de dezembro de 2023) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Notas Explicativas

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de junho de 2024 é R\$ 17.918 (R\$ 14.444 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 126.305 em 30 de junho de 2024 (R\$ 102.295 em 31 de dezembro de 2023) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de junho de 2024 é R\$ 8.438 (R\$ 8.131 em 31 de dezembro de 2023).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 29.654 em 30 de junho de 2024 (R\$ 49.209 em 31 de dezembro de 2023) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões judiciais

	30.06.2024			31.12.2023		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias
No início do período	39.585	14.444	8.131	35.258	16.725	8.331
Atualização monetária	4.478	1.473	422	5.329	2.414	1.033
Constituições	2.820	3.849	-	7.932	2.187	-
Reversões	(463)	(1.141)	(115)	(4.868)	(5.552)	(1.233)
Pagamentos	(1.081)	(707)	-	(4.066)	(1.330)	-
No final do período	45.339	17.918	8.438	39.585	14.444	8.131
Dep. Judiciais	28.300	18.835	75.144	26.456	18.788	71.556

Notas Explicativas

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	25.711	9.686	3.216	38.613
De 1 a 5 anos	19.628	8.232	5.222	33.082
Total	45.339	17.918	8.438	71.695

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.06.2024		31.12.2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
ICATU Vanguarda CAFBEP PREV MUL FDO INV	755	0,008	755	0,008
Administradores	16	0,000	19	0,000
Demais Acionistas	1.445	0,015	1.442	0,015
Total	9.521.649	100,00	9.521.649	100,00

Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo Banpará em circulação:

Espécie e classe de ação	Ações não em circulação ¹	Ações em circulação ²	Total de ações	% Ações em circulação
ON	9.519.449	2.200	9.521.649	0,023

(1) Compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) Totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima.

b. Reserva Legal e Estatutária

Conforme previsto na Lei n 6.404.76, antes de qualquer distribuição, é destinado 5% do lucro do Banco para constituição da reserva legal, que tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Notas Explicativas

A reserva estatutária é calculada em até 70% do lucro, conforme definido pelo estatuto social do Banco.

c. Dividendos/juros sobre capital próprio

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado, em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social do Banpará e art. 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e da Política de Distribuição de Dividendos, o Banco distribuiu dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

De acordo com a Política de Dividendos do Banpará, é assegurado aos acionistas, em cada exercício, a título de dividendo máximo, 40% do lucro líquido do exercício após a constituição da reserva legal, deste modo foi pago o valor de R\$ 31.620 para pagamentos de dividendos aos acionistas relativos ao ano de 2023, equivalente a R\$ 3,32 bruto por ação

Para o pagamento de juros sobre o capital próprio o Conselho de Administração aprovou a proposta relativo ao 1º trimestre de 2024 no montante de R\$ 30.420 (R\$ 3,19 por ação) em 26 de junho de 2024, devendo ser realizado seus pagamentos para 17 de julho de 2024. O pagamento que irá ser realizado gerará a título de economia tributária o valor de R\$ 13.689.

18. Gestão de Risco Financeiros e de Capital

O Banpará no que diz respeito ao gerenciamento de risco financeiro e gerenciamento contínuo de capital, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

Notas Explicativas

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva, a Área de Gestão de Risco Financeiro disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente e trimestralmente ou extraordinariamente em situações de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

Risco de crédito:

Conforme o art. 21 da Resolução CMN nº 4.557/2017, o risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Com base nisso, o gerenciamento de riscos no Banpará é contínuo e integrado, o que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação do risco de crédito na Instituição.

Assim, com o objetivo de não comprometer a qualidade da carteira, o gerenciamento do risco de crédito abrange a/o:

- Elaboração, revisão e aprovação de políticas institucionais de risco de crédito, atendendo às diretrizes regulatórias;
- Elaboração de modelos de classificação de risco de crédito, baseada no conceito dos C's do crédito que visam realizar a avaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão para subsidiar a deliberação das operações, conforme definições constantes no manual de alçada de crédito;
- Reporte tempestivo das informações e análises sobre o risco de crédito por meio de relatórios gerenciais de controle de risco, os quais são disponibilizados para todas as alçadas, desde as agências até a Alta Administração;

Notas Explicativas

- Simulação de cenários diversos, considerando a quebra de premissas, a nível micro e macroeconômico, visando mensurar os potenciais impactos sobre a instituição e/ou sobre um portfólio específico. Tais cenários possibilitam, por exemplo, a avaliação sobre a necessidade de complemento da despesa de provisão e o consequente efeito sobre os resultados do Banco, fato que ajuda na elaboração de ações corretivas;
- Implementação de mecanismos para que os níveis de provisionamento sejam suficientes em face das perdas esperadas;
- Avaliação prévia do risco de crédito quando do lançamento de novos produtos e serviços, levando em consideração os riscos inerentes, o nível de exposição e a proposição de um efetivo gerenciamento;
- Adoção de boas práticas de mercado relacionadas às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, também realiza avaliação dos potenciais clientes considerando o risco socioambiental.

O saldo total de crédito em 30 de junho de 2024 atingiu R\$ 13.843.003 e permanece concentrado em operações direcionadas para clientes Pessoa Física:

Nível de Risco	1º Tri 2023	2º Tri 2023	3º Tri 2023	4º Tri 2023	1º Tri 2024	2º Tri 2024
Pessoa Física	97,61%	98,05%	97,45%	97,06%	96,95%	96,90%
Pessoa Jurídica	2,39%	1,95%	2,55%	2,94%	3,05%	3,10%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

O Banpará mantém 95,99% do crédito nas classes de risco AA - C. A razão pelo qual se sustenta essa classificação, está relacionada a concentração do crédito em operações com consignação em folha e concessões de crédito Pessoa Jurídica com garantia associada:

NÍVEL DE RISCO	30.06.2024		31.12.2023	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
AA	8.316.950	60,08	7.730.964	59,74
A	4.541.939	32,81	4.390.045	33,92
B	298.977	2,16	265.526	2,05
C	130.353	0,94	62.034	0,48
D - H	554.784	4,01	492.342	3,81

Notas Explicativas

O atraso de 15 a 90 dias e a inadimplência (atraso superior a 90 dias) para o fechamento de 30 de junho de 2024, observa-se que os indicadores foram de 1,26% e 1,66%, respectivamente.

Índices	1º Tri 2023	2º Tri 2023	3º Tri 2023	4º Tri 2023	1º Tri 2024	2º Tri 2024
Índice de Atraso	0,86%	1,02%	1,18%	0,87%	1,25%	1,26%
Índice de inadimplência	1,28%	1,35%	1,54%	1,72%	1,72%	1,66%

Risco de mercado:

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. Ainda, segundo essa Resolução, o risco de mercado inclui a variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, bem como, o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Com objetivo de identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o VaR (Value at Risk) paramétrico para a carteira de negociação, segregado por fator de risco, fazendo uso da metodologia EWMA (Exponentially Weighted Moving Average), para o horizonte de 1 dia, com 95% de confiança.

Exposição por Fator de Risco - Carteira de Negociação		
Fator de Risco	30.06.2024	30.06.2023
	Valor Exposto	Valor Exposto
PRÉ	(23.508)	(20.833)
USD	(5.578)	48.038
Euro	2.671	2.866
Total	(26.415)	30.071

*Valor Exposto: Ativo - Passivo

A exposição negativa ao risco prefixado é atribuída a posse de ativos em CDI com percentual de remuneração diferente de 100% do indexador. A exposição negativa ao dólar é atribuída à redução no saldo da conta em moeda estrangeira mantida no exterior, juntamente com o aumento de passivos em dólar que superou o crescimento dos ativos na mesma moeda.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade é realizada para a carteira de negociação e considera o fator taxa de juros (exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixada) e moedas estrangeiras (exposições sujeitas à variação cambial – USD e EUR). Dessa forma, foram aplicados choques nos seguintes cenários:

Cenário Provável:

- Os choques para a taxa de juros basearam-se na mediana das projeções para a taxa Selic que estará vigente no fechamento do 3º trimestre de 2024, divulgadas no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central e que haviam sido realizadas nos últimos cinco dias úteis anteriores ao dia 30 de junho de 2024. Nesta data, a expectativa do mercado era de manutenção da taxa Selic em 10,5%.
- Para o dólar, a expectativa dos analistas, conforme o mesmo sistema, é de que a cotação atinja R\$ 5,30 no fechamento do 3º trimestre de 2024.
- Para o euro, utilizando a correlação da cotação em reais do par USD/EUR no intervalo de um ano (0,9081), a cotação esperada é de R\$ 5,70.

Cenário Possível:

- Considerando o histórico taxa Selic Meta, pode-se afirmar que, com um intervalo de confiança de 95%, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -117 bps e +161 bps. Desta forma, utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desfavorável ao Banco (-117 pontos base).
- Analisando a variação da cotação do dólar para o mesmo período, com o mesmo intervalo de confiança, a variação esperada para intervalos trimestrais, está entre -8,26% e +10%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais prejudicial ao Banpará (+10%).
- Para o euro, a variação trimestral esperada ficou entre -7,37% e +9,33%. Utilizamos para a análise de sensibilidade o choque mais desvantajoso ao Banpará (-7,37%).

Notas Explicativas

As metodologias para a definição dos cenários foram aprimoradas em relação ao trimestre anterior. Objetivando que o cenário provável reflita mais adequadamente as expectativas do mercado, adotamos o Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central como referência. No cenário possível, passamos a considerar a variação em intervalos de 63 dias úteis, em vez da variação baseada nos trimestres contábeis fechados.

Os cenários utilizados para análise citados acima são baseados na Resolução CVM nº 121/2022.

Cenários	Fatores de risco						Variações na Posição			
	Taxa de juros		Moedas USD		Moedas EURO					
	2º Tri 2024	4º Tri 2023	2º Tri 2024	4º Tri 2023	2º Tri 2024	4º Tri 2023	4º Tri 2024	% PR	4º Tri 2023	% PR
Provável	-	(57)	260	256	(114)	41	146	0,01%	240	0,03%
Possível	(29)	(320)	(533)	(3.282)	(195)	(357)	(757)	-0,04%	(3.959)	-0,23%

A análise de sensibilidade da carteira de negociação demonstra baixo impacto no Patrimônio de Referência - PR, atribuível ao fato de que o portfólio é predominantemente constituído por instrumentos de renda fixa indexados a CDI. Adicionalmente, o saldo exposto a flutuação cambial representa apenas 0,44% do total do PR do Banco.

Risco de liquidez:

O Banpará, em conformidade com a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez e com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e alterações, utiliza estratégias e processos que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente a capacidade de pagamento da Instituição e a manutenção adequada do estoque de ativos de alta liquidez (HQLA) que possam ser prontamente convertidos em caixa quando necessário. Assim, são elaborados cenários prospectivos, em situações normais e de estresse financeiro, moderado e agressivo, como forma de verificar o aumento da exposição ao risco de liquidez.

Notas Explicativas

Nesse contexto, são realizadas projeções de fluxo de caixa para o período de 90 (noventa) dias úteis, as quais permitem avaliar, frente aos limites mínimos de liquidez, possíveis descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e os prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Mensalmente, também é monitorado o Índice de Gap Médio (IG), que possibilita a observação do descasamento de entradas e saídas, para 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias úteis, diferenciando fluxos de ativos e passivos e considerando a expectativa de renovação das operações de crédito e financeiras. Os resultados são reportados aos Órgãos de Governança da Instituição, via relatórios mensais ou tempestivos, com o intuito de remeter situações que possam comprometer os índices e limites mínimos de liquidez.

Em 30 de junho de 2024, os estoques de ativos de alta liquidez permaneceram acima dos limites mínimos estabelecidos na RAS, mantendo a capacidade financeira para honrar as obrigações esperadas e inesperadas

Risco social, ambiental e climático:

O risco social, ambiental e climático refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes da violação de direitos e garantias fundamentais ou atos lesivos ao interesse comum; da degradação do meio ambiente e uso excessivo dos recursos naturais; do processo de transição para uma economia de baixo carbono, bem como de intempéries frequentes e/ou severas.

No Banpará, a gestão do risco social, ambiental e climático está inserida na estrutura organizacional da Diretoria de Controle, Risco e RI (DICRI), sendo compartilhada entre a Gerência da PRSAC e ESG (GEASG), a qual gerencia as diretrizes e ações da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática - PRSAC, agenda ESG e risco social, ambiental e climático da Instituição e a Gerência de Modelagem de Risco Social, Ambiental e Climático (GERAC), responsável por avaliar, controlar e mitigar o risco social, ambiental e climático no processo de concessão de crédito.

Notas Explicativas

A partir da gestão de risco social, ambiental e climático a DICRI visa minimizar o risco financeiro, reputacional e de imagem, além de incentivar medidas voltadas à identificação de riscos climáticos nas atividades e operações do Banpará, observando os critérios de relevância e proporcionalidade. Diante disso, firmar o compromisso da Instituição com a responsabilidade social, ambiental e climática na área de atuação, colaborando para o crescimento econômico sustentável, a preservação do meio ambiente e a promoção de boas práticas na gestão social.

Para mitigar a ocorrência de perdas associadas a este risco, é realizada a avaliação do risco social, ambiental e climático, que considera as atividades exercidas pelos clientes da carteira de crédito pessoa jurídica a partir da utilização de ferramentas de pesquisas externas e formulários preenchido pelos tomadores de crédito.

A metodologia de classificação consiste na avaliação combinada dos fatores de conformidade e governança social, ambiental e climática do cliente. Os referidos fatores observam: regularidade das atividades do cliente perante a legislação, padrões de gestão e histórico de ocorrências (consulta externa).

O modelo utilizado para classificação visa atender, principalmente, as Resoluções nº 4.557/2017, nº 4.943/2021, nº 4.945/2021, Resolução CONAMA nº 237/1997, Resolução COEMA nº 162/2021, Normativo SARB nº 14/2014, Normas Regulamentadoras 1 (NR 1), 4 (NR 4), 7 (NR 7), 9 (NR 9).

Quanto a carteira comercial pessoa física, a mitigação do risco centra a atenção na prevenção do superendividamento dos clientes, para isso o Banco constitui em suas políticas internas níveis máximos de endividamento de maneira individual, por produto, modalidade de crédito e global. Essas métricas estão suportadas nos legados de riscos e de crédito implantados na instituição, sendo que a SURIS, entre as suas rotinas mensais de acompanhamento global da carteira, se preocupa em identificar os clientes que podem estar em condição de superendividados, visando dar o reporte para as áreas de crédito do Banco que tem ação/competência para regularizar a situação junto aos clientes.

Notas Explicativas

O acompanhamento do risco social, ambiental e climático, para a carteira de crédito pessoa jurídica, é realizado a partir do monitoramento das validades das classificações geradas na concessão de crédito, em conjunto com as agências de relacionamento, e do acompanhamento da vigência das licenças, autorizações e programas solicitados do cliente. Já o controle, ocorre com a criação do plano de ação direcionado para o cliente dada a necessidade de regularização do compliance das documentações, tais ações consideram a relevância e proporcionalidade das exposições.

No âmbito institucional, a mitigação do risco é realizada por meio de:

- Mapeamento de riscos sociais, ambientais e climáticos dos processos e atividades internas, cuja metodologia contempla a análise de impacto e probabilidade dos riscos inerentes aos processos, a fim de mantê-los em níveis aceitáveis, assim como, tratar os riscos que estiverem acima do apetite a risco da Instituição;
- Monitoramento das perdas sociais, ambientais e climáticas, onde são levantadas as perdas decorrentes de processos administrativos e judiciais de que a Instituição seja parte e as perdas que são relacionados a imóveis próprios – BNDU (Bens Não de Uso), adquiridos ou retomados pelo Banco;
- Monitoramento dos fornecedores diretos e relevantes no que diz respeito aos aspectos socioambientais nos processos de contratação de fornecedores e prestadores de serviços;
- Análise de riscos sociais, ambientais e climáticos, e de imagem e reputação de projetos de novos produtos e serviços e de patrocínios; e
- Monitoramento de indicadores para mitigação dos riscos com potencial de impactar negativamente a imagem e reputação do Banco, tais como: mídias, índices de reputação, BCB, Bolsa, etc.
- Monitoramento da aderência dos normativos internos às diretrizes da PRSAC.

Notas Explicativas

Gerenciamento de capital:

O Banpará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo aos órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para trabalhar os elementos abrangidos pela gestão do capital tais como: monitoramento do Patrimônio de Referência – PR e do montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA; os impactos das oscilações das parcelas de RWA no índice de Basileia - IB e no Plano de Capital; o acompanhamento e compatibilização do Planejamento Estratégico com a suficiência de capital do Banco; a realização de simulações que impactem no capital (testes de estresse) e quando da prospecção de novos produtos e/ou alteração de regra de negócio; a elaboração e revisão do Plano de Capital do Banpará para o horizonte de 5 anos e os reportes do processo de gerenciamento de capital aos Órgãos de Governança da Instituição, que é realizado mensalmente ou tempestivamente.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – Dicri, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pela Área de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos, pela Área de Gestão de Risco Financeiro, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- As políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;

Notas Explicativas

- Plano de Capital, abrangendo o horizonte de cinco anos, cujo objetivo é verificar se há necessidade de capital, para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta, considerando o Planejamento Estratégico do período, para isto, são verificados os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Órgão Regulador e o apetite ao risco definido na Declaração de Apetite por Riscos-RAS;
- Plano de Contingência de Capital, que estabelece um conjunto de ações e responsabilidades a serem adotados em situações de deficiência de capital, indicando as ações mitigadoras que recomponham o capital aos níveis aceitáveis;
- A Declaração de Apetite por Riscos – RAS, tem por objetivo definir os tipos de riscos e os respectivos níveis que o Banco está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos e os requisitos regulatórios;
- Programa de Testes de Estresse, que estabelece um conjunto de cenários e premissas de estresse que aplicados à Instituição permitem avaliar, de forma prospectiva, a capacidade de suportar perdas potenciais em situações extremas e adversas;
- Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais, anuais e tempestivos) sobre a adequação dos níveis do PR aos riscos incorridos, das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco – RWA e o risco de taxa de juros da carteira bancária por meio do IRRBB.

O Índice de Basileia - IB representa a relação entre o Patrimônio de Referência - PR e os ativos ponderados pelo risco - RWA. Conforme regulamentação em vigor, o Índice de Basileia demonstra a solvência da empresa. Estão previstos os limites mínimos de capital de 8,00% para o PR, 6,00% para o índice de Nível I e 4,50% para o índice de Capital Principal. O adicional de capital - ACP exigido, é de 2,50%, totalizando em 10,50% para o Índice de Basileia, 8,50% para o Nível I e 7,00% para o Capital Principal.

Notas Explicativas

Abaixo a tabela resumo da composição do Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e do Índice de Basileia (IB) em:

Índice de Basileia	30.06.2024	31.12.2023
Patrimônio de Referência - PR	1.878.004	1.772.301
Nível I	1.878.004	1.772.301
Capital principal	1.878.004	1.772.301
Capital social	1.473.122	1.473.122
Reservas de capital, reavaliação e de lucro	408.479	435.187
Sobras de lucro	169.662	-
Ajustes prudenciais*	(173.259)	(136.008)
Ativos ponderados pelo risco - RWA**	12.387.722	11.769.884
Exposição ao risco de crédito - RWACPAD	11.004.038	10.505.647
Exposição ao risco de crédito - RWAMPAD	14.110	75.747
Exposição ao risco de variação da taxa de juros prefixadas- RWAJUR1	971	10.324
Exposição ao risco de variação cambial - RWACAM	13.139	65.423
Exposição ao risco operacional - RWAOPAD	1.369.574	1.188.490
Risco Banking - RBAN		
IRRBB	338.463	315.394
Valor de margem sobre PR***	254.962	221.069
Índice de Basileia Banpará - IB	15,16%	15,06%

* O saldo das Contas de Resultado Devedoras e Ajustes Prudenciais reduz o valor de PR.

** Para o cálculo do valor da margem sobre PR foi considerado o saldo do IRRBB e o saldo do ACPConservação.

Análise de resultado de capital no exercício

Em 30 de junho de 2024, o PR encerrou o semestre com R\$ 1.878.003, superior em 5,96% (R\$ 105,703) na comparação com 31 de dezembro de 2023, impulsionado pelo resultado líquido do período.

O montante da parcela de RWA no 30 de junho de 2024 totalizou R\$ 12.387.722, crescendo 5,25% (R\$ 617.838) em relação a 31 de dezembro de 2023. O aumento foi decorrência do crescimento das parcelas de exposição ao risco de crédito - RWACPAD em 4,74% (R\$ 498.391) e ao risco operacional - RWAOPAD 15,24% (R\$ 181.084 mil). Ressalta-se que o RWAMPAD sofreu redução de 81,37% saindo de R\$ 75.747 mil para R\$ 14.110 mil, devido a redução da exposição cambial no período.

O IB registrado foi de 15,16%, superior ao mínimo exigido pelo órgão regulador, com uma variação positiva de 0,10 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas

Acompanhamento do IRRBB

O Banpará acompanha o risco de taxa de juros por meio do IRRBB (*Interest Rate Risk of Banking Book*), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária. A mensuração do IRRBB é realizada por meio das abordagens Δ EVE e Δ NII, conforme circular Bacen nº 3.876/18 e alterações, que define:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento, desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O acompanhamento das abordagens e da metodologia de alocação de capital para o IRRBB é realizado verificando a margem sobre o PR, conforme conta 953 do Documento de Limites Operacional – DLO. No acompanhamento do IRRBB para 30 de junho de 2024 verificou-se um aumento de alocação de capital de 7,31% (R\$ 333.463), quando comparado a 31 de dezembro de 2023 (R\$ 315.394). Nesse contexto o Banpará apresenta margem sobre o PR de R\$ 238.830 em 30 de junho de 2024 alocando capital suficiente para cobrir os requerimentos mínimos de capital e o risco de taxas de juros da carteira bancária.

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: www.banpara.b.br, na rota: O BANPARA > Relações com Investidores > Governança Corporativa > Gerenciamento de Riscos e de Capital.

Notas Explicativas

19. Plano de suplementação de aposentadoria e plano de saúde

a. Plano de contribuição definida – PREVRENDA

O Banco do Estado do Pará - BANPARÁ patrocina o Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA administrado e executado pelo ICATU - Fundo Multipatrocinado, estruturado na modalidade de Contribuição Definida - CD, sendo de contribuição definida com benefícios de risco na fase de captação (saldo projetado) e contribuição definida na fase de percepção dos benefícios.

O Plano é composto por contribuições do Patrocinador e dos Participantes na forma estabelecida pelo plano de custeio elaborado anualmente pelo ICATU-FMP), possuindo ainda como cobertura o Saldo contabilizado como Fundo Previdencial - Outros Previstos em Nota Técnica Atuarial.

O Plano oferece os seguintes benefícios:

- a) Renda temporária;
- b) Benefício por morte e por invalidez do participante ativo;
- c) Benefício por morte do participante em gozo de benefício; e
- d) Pecúlio por morte e invalidez.

Considerando a modalidade do Plano, este não apresenta os riscos de sobrevivência, investimentos, liquidez e de mercado, apenas o custeio dos benefícios de risco pelo Patrocinador.

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33_R1, os Planos de Benefícios são segregados em Benefício Definido e Contribuição Definida. Assim sendo, abordamos a obrigação referente a parte BD do Plano (Estritamente ligado ao saldo projetado de contribuições em caso de invalidez ou morte do Participante Ativo).

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações Atuariais	(1.747)	(194.217)	(195.964)
Ativo justo	5.096	194.217	199.313
(Déficit) / Superávit	3.349	-	3.349

Notas Explicativas

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	50	2.562	2.612
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	50	2.562	2.612

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA na data base de 31 de maio de 2024, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, àquela utilizada na Avaliação anterior, cuja base de dados estava posicionada em 30 de novembro de 2023:

Na data-base do estudo atuarial o Plano estava composto da seguinte forma:

	30.06.2024	31.12.2023
Participantes ativos		
Quantidade*	1.530	1.470
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	11.699	11.732
Desligados/Cancelados/BPD		
Quantidade*	95	136
Idade média (anos)	51	53
Salário médio (R\$)	-	-
Participantes assistidos		
Quantidade	38	48
Idade média (anos)	72	72
Benefício médio (R\$)	2.610	2.345
Pensionistas		
Quantidade	34	33
Idade média (anos)	58	60
Benefício médio	1.957	1.843

*Dos participantes, temos 1.472 que são elegíveis aos benefícios em BD do Plano.

Notas Explicativas

Movimentação dos valores reconhecidos no balanço

Valores reconhecidos no balanço patrimonial	30.06.2024	31.12.2023
Valor presente das obrigações (VPO)	1.747	1.764
(-) Valor justo dos ativos dos planos (VEJA)	(4.420)	(4.106)
Efeito do teto do ativo	2.673	2.342
Passivo atuarial líquido em 31/12	-	-
Movimentação do passivo atuarial líquido	-	-
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Reconhecido no resultado - custeio e despesas	(39)	(14)
Custo do serviço corrente	(39)	(14)
Custo dos juros líquidos	-	-
Reconhecido no PL - outros resultados abrangentes	(12)	(57)
Remensuração: Ganhos/Perdas atuariais	(12)	(57)
Contribuições do Patrocinador	(51)	(71)

Movimentação no valor presente da obrigação atuarial

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Valor presente no início do exercício	1.764	1.824
Custo do serviço corrente	89	80
Custo de juros	46	100
Contribuição dos participantes do plano	-	-
Benefícios pagos	(306)	(12)
Perdas (ganhos) atuariais	154	(229)
Mudança de premissas (financeiras)	(104)	(11)
Mudança de premissas (tabuas biométricas)	-	-
Ajuste de experiência	(50)	(218)
Valor presente no final do exercício	1.747	1.763

Movimentação no valor do ativo justo

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Valor justo dos ativos no início do exercício	(4.106)	(3.351)
Benefícios pagos	306	23
Contribuições de participante	(51)	(128)
Contribuições do empregador	(51)	(134)
Rendimento esperado dos ativos	(210)	(615)
Ganho/(Perda) sobre os ativos	(309)	99
Valor justo dos ativos ao final do exercício	(4.421)	(4.106)

Notas Explicativas

Benefícios estimados a pagar

Benefícios estimados a pagar na data-base de 30 de junho de 2024 para os próximos anos:

Plano	Até 1 ano	de 1 e 2 anos	de 2 e 5 anos	Superior 5 anos	Total
PREV-RENDA	417	408	1.166	8.955	10.946

Impacto no resultado

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Custo de serviço corrente líquido de contribuição	(39)	(14)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	(46)	(100)
Rendimento esperado dos ativos	210	264
Custo de juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	(164)	(164)
Despesa/(Receita) reconhecida no resultado	(39)	(14)

Valores reconhecidos em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido

Outros resultados abrangentes - PL	30.06.2024	31.12.2023
Saldo do início do exercício	(422)	(365)
Ganhos (Perdas) atuariais	(11)	(57)
Saldo no final do exercício	(433)	(422)

Ativos do plano de benefícios

Ativo	31.06.2024	31.12.2023
Disponível	0,62%	1,09%
Realizável	0,69%	0,58%
Títulos Públicos	0,00%	0,00%
Crédito Privados e Depósitos	0,00%	0,00%
Fundos de Investimentos	98,54%	98,16%
Operações com Participantes	0,00%	0,02%
Imóveis	0,14%	0,15%
Total dos investimentos	100,00%	100,00%

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Premissa Atuarial significativa	Valor do impacto sobre a obrigação atuarial	Variação % sobre a obrigação atuarial
Taxa de desconto atuarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(30)	-1,72%
Redução de 0,25% a.a.	31	1,78%
Tábua de mortalidade		
Aumento de 1 ano	(72)	4,11%
Redução de 1 ano	64	-3,63%
Taxa de crescimento salarial		
Aumento de 0,25% a.a.	(30)	1,48%
Redução de 0,25% a.a.	31	-1,43%

Hipóteses atuarias e econômicas

Para fins de apuração da *Duration* do Passivo foram utilizadas as seguintes Hipóteses e Premissas Atuariais:

HIPÓTESES E PREMISSAS		
	30.06.2024	31.12.2023
Posição dos dados	Mai-24	Nov-23
Método de financiamento	Crédito Unitário Projetado - PUC	Crédito Unitário Projetado - PUC
Composição familiar		
Crescimento real de salários	1,50%	1,50%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	6,46%	5,47%
Taxa de Inflação projetada*	4,02%	3,91%
Taxa anual de juros	10,74%	9,50%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	10,74%	9,50%
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927/Agravada 100%	TASA 1927/Agravada 100%
Tábua de mortalidade de inválidos	MI-85 M&F	MI-85 M&F
Tábua de mortalidade geral	RP 2000 M&F	RP 2000 M&F

As Hipóteses e Premissas Atuariais são devidamente acompanhadas e monitoradas, sendo que essas foram submetidas a Estudos Técnicos de Aderência, restando aplicáveis e aderentes ao Plano de Contribuição Definida - PREVRENDA, em consonância com a legislação aplicável, categorizadas como habilitadas para a presente Avaliação Atuarial.

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na

Notas Explicativas

ANBIMA, em 29 de dezembro de 2023, auferindo a Taxa Real de Juros em 5,38% ao ano, a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

19.2 Plano de saúde

O Banco oferece plano de saúde a seus funcionários ativos e inativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de mercado na forma da Lei nº 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa nº 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/2016.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados ativos, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta. O Banco somente custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

O custeio do plano de assistência à saúde é integralmente arcado pelos empregados inativos, estes são aderentes ao plano de demissão voluntária de 2019 e enquadrados no acordo coletivo sobre a emenda constitucional 102/2019.

20 Transações com Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Resolução CVM nº 94/2022 e Resolução CMN nº 4.818/20, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias praticadas no mercado.

Notas Explicativas

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta instituição financeira.

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2024	31.12.2023
Estado do Pará	5.896.362	4.257.554
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº10 c)	725.700	344.092
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	5.170.662	3.913.462
ICATU FMP	183	120
Depósitos à vista	183	120

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva, dos membros do Conselho de Administração e dos membros dos Comitês Estatutários, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Remuneração e participações dos administradores	30.06.2024	30.06.2023
Remuneração	1.184	1.312
Pessoal chave da administração	1.071	1.250
Outras partes relacionadas	113	62
Participação nos lucros e resultados	847	162
Pessoal chave da administração	847	162

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao pessoal chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

Notas Explicativas

Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20, as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas desde que cumpram os requisitos presentes na legislação vigente.

Descrição	30.06.2024	31.12.2023
Pessoal chave da administração	699	2.764
Outras partes relacionadas	5.741	4.126
Total	6.440	6.890

Em 30 de junho de 2024 o Banco possui o valor total era de R\$ 6.440 (R\$ 6.890 em 31 de dezembro de 2023) em operações de crédito com partes relacionadas.

Participação acionária:

Em 30 de junho de 2024, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 19 ações.

21 Seguros

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura em 30 de junho de 2024 é de R\$ 259.831.

22 Imposto de renda, contribuição social, ativo e passivo fiscal diferido

Demonstração do cálculo de imposto de renda e contribuição social

DESCRIÇÃO	2º Tri 2024		01.01 até 30.06.2024		2º Tri 2023		01.01 até 30.06.2023	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Resultado antes da tributação e participações	202.549	173.391	371.021	308.167	125.578	105.211	229.378	188.177
Participação no lucro	(15.797)	(15.797)	(35.800)	(35.800)	(15.077)	(15.077)	(23.758)	(23.758)
Resultado antes da tributação	186.752	157.594	335.221	272.367	110.501	90.134	205.620	164.419
Juros s/ capital próprio e participações	30.419	30.419	30.419	30.419	-	-	-	-
Resultado antes da tributação	217.171	188.013	365.640	302.786	110.501	90.134	205.620	164.419
Adições (exclusões)	(43.213)	(23.744)	27.431	72.374	11.045	31.481	33.457	74.639
Base de cálculo	173.958	164.269	393.071	375.160	121.546	121.615	239.077	239.058
Alíquota normal (15% e 20%)	34.792	24.607	78.615	56.241	24.309	18.242	47.816	35.859
Adicional do imposto de renda (10%)	-	16.421	-	37.504	-	12.155	-	23.893
IR e CSLL devidos	34.792	41.028	78.615	93.745	24.309	30.397	47.816	59.752
Programa de alimentação ao trabalhador	-	-	-	-	-	(730)	-	(1.435)
Incentivos fiscais	-	(900)	-	(1.300)	-	(175)	-	(175)
Prorrogação da licença maternidade	-	(147)	-	(346)	-	(235)	-	(546)
IR e CSLL a Pagar	34.792	39.981	78.615	92.099	24.309	29.257	47.816	57.596

Notas Explicativas

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido para as empresas financeiras e equiparadas é calculada a alíquota de 20% a partir de março de 2020 por conta da Emenda Constitucional nº 103 promulgada em novembro de 2019.

a. Impostos Correntes

A partir de dezembro de 2023 o Banpará passou a deduzir 5% do cálculo do IRPJ nos termos da Lei nº 6.321/76 em decorrência de ação judicial, protocolada junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

b. Ativos fiscais diferidos - Créditos tributários ativados

O Banco registra como ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei nº 9.249/1995. Esses créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 283.852, relativos às diferenças temporárias de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Desvalorização de Créditos Vinculados, ativadas de 2014 a 2024 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL até junho de 2024.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

Notas Explicativas

Movimentação dos créditos tributários

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período findo em 30 de junho de 2024:

Créditos tributários	31.12.2023	30.06.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença temporária - IRPJ	136.939	48.425	(27.669)	157.695
Diferença temporária - CSLL	109.552	38.740	(22.135)	126.157
Total	246.491	87.165	(49.804)	283.852

Em 30 de junho de 2024, o Banco possui ativação do montante de R\$ 283.852 (R\$ 246.491 em 31 de dezembro de 2023) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Desvalorização de Créditos Vinculados, já descontado o valor R\$ 49.804 realizado ao longo do período.

Créditos tributários	31.12.2023	30.06.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito	208.041	77.839	(44.740)	241.140
Diferença Temporária - Trabalhista	17.814	3.284	(695)	20.403
Diferença Temporária - Prov. outros créditos.	3.923	1.147	(1.000)	4.070
Diferença Temporária - Prov. licença prêmio	10.214	2.088	(2.354)	9.948
Diferença Temporária - Prov. cíveis	6.499	2.395	(832)	8.062
Diferença Temporária - Marcação a mercado	-	412	(183)	229
Total	246.491	87.165	(49.804)	283.852

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, Provisões Judiciais Trabalhistas, Provisão para Outros Créditos, Provisão de Licença Prêmio, provisão Judiciais Cíveis e Desvalorização de Créditos Vinculados:

Notas Explicativas

Projeção de realização	2024	2025	2026	2027	2028	2029 A 2032	Total
Crédito tributário de I.R	(9.811)	(18.565)	(18.380)	(18.227)	(17.378)	(75.334)	(157.695)
Crédito tributário de C. social	(7.849)	(14.852)	(14.704)	(14.581)	(13.902)	(60.268)	(126.156)
Total dos créditos	(17.660)	(33.417)	(33.084)	(32.808)	(31.280)	(135.602)	(283.851)
Taxa média de captação a.a. (%)	10,42	18,00	26,04	34,75	44,09	102,28	
Valor presente do crédito tributário	(15.994)	(28.319)	(26.249)	(24.347)	(21.709)	(77.760)	(194.378)

c. Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2024 totalizavam R\$ 4.607 (R\$ 4.469 em 31 de dezembro de 2023), e nesta referência, em 30 de junho de 2024, o Banco não apresenta estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2023		30.06.2024				
	Saldo	Ativo fiscal diferido	Reversão	Constituição	Ativação	Saldo	Ativo fiscal diferido
Provisão para riscos fiscais	8.131	3.659	(115)	422	-	8.438	3.797
Provisão para outros valores e bens	1.800	810	-	-	-	1.800	810
Total das adições temporárias	9.931	4.469	(115)	422	-	10.238	4.607

d. Passivos fiscais diferidos

Em 30 de junho de 2024 o Banco registrou passivo fiscal tributário diferido no montante de R\$ 9.233 relativos a ajustes positivos de marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de atualização de depósitos tributários federais.

Contas	31.12.2023	30.06.2024		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Ajuste marcação a mercado	33	657	(357)	333
Atualização depósitos tributários federais	7.301	1.599	-	8,900
Total	7.334	2.256	(357)	9.233

23 Outras Receitas e Despesas

23.1 Outras Receitas/Despesas Operacionais

Outras receitas operacionais	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Recuperação de encargos e despesas	183	372	187	345
Reversão da provisão de outros créditos em liquidação	3.309	4.597	3.106	6.142
Reversão da provisão férias, 13º salário e lic. prêmio	2.785	5.231	3.102	6.256
Reversão de provisões passivas	2.428	3.507	8.018	10.847
Atualização de valores ativos	5.203	13.095	5.818	11.036
Varição cambial e diferença de taxas	283	376	6.223	9.023
Créditos oriundos de decisões transitadas em julgado	7.770	7.770	-	-
Outros	261	627	98	260
Total	22.222	35.575	26.552	43.909

Notas Explicativas

Outras despesas operacionais	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Serviços associados a transações de pagamento	(867)	(1.691)	(824)	(1.606)
Desc. concedidos em renegociações	(72)	(178)	(488)	(701)
Variação cambial e diferença de taxas	(465)	(988)	(1.791)	(4.440)
Estorno de rendas	(95)	(156)	(106)	(393)
Provisões passivas	(9.678)	(13.042)	(5.734)	(16.035)
Provisão de outros créditos em liquidação	(4.552)	(6.594)	(3.011)	(4.648)
Ações cíveis	(1.095)	(1.798)	(389)	(652)
FCVS - Ajuste Rap/Refin	(407)	(407)	(1.674)	(4.306)
Licença premio	(1.891)	(4.639)	-	-
Outros	(478)	(800)	(364)	(867)
Total	(19.600)	(30.293)	(14.381)	(33.648)

23.2 Outras Receitas e Despesas

Outras receitas e despesas	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Insubstâncias passivas	351	375	334	417
Superveniências ativas	1.016	2.472	876	1.535
Recuperação de fraudes externas, cartões de crédito e eletrônica e documental	-	5	14	14
Outras receitas	199	233	177	229
Insubstâncias ativas	(4.522)	(4.522)	(2.771)	(2.774)
Superveniências passivas	(499)	(559)	(28)	(46)
Fraudes externas, cartão de crédito, eletrônica e documental	(70)	(178)	(67)	(333)
Outras despesas	(330)	(2.145)	(48)	(185)
Total	(3.855)	(4.319)	(1.513)	(1.143)

23.3 Receitas de Prestação de Serviço

Receita de Prestação de Serviços	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Rendas por serviços de pagamento	3.925	7.643	2.645	5.187
Rendas de adm. e transferência de fundos e programas	994	1.948	846	1.692
Rendas de cobrança	234	512	202	447
Rendas de pacotes de serviços - PF	29.934	57.577	26.624	52.334
Rendas de serviços diferenciados - PF	381	766	425	857
Rendas de serviços especiais - PF	448	1.015	490	944
Rendas de convênios	584	1.157	664	1.305
Rendas de comissão de seguros e outros	6.177	12.004	5.390	9.925
Rendas de outros serviços	959	1.958	1.688	3.137
Total	43.636	84.580	38.974	75.828

Notas Explicativas

23.4 Rendas de Tarifas Bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Fornecimento de 2ª via de cartão	116	218	156	239
Saque de conta depósito à vista e poupança	994	2.033	1.346	2.664
Transferência por meio de DOC/TED	1.024	1.962	951	1.854
Concessão de adiantamento e depositante	157	344	179	450
Anuidade cartão de crédito	4.299	8.738	4.239	8.359
Pacote de serviço	2.722	5.410	2.728	5.469
Fornecimento de folha de cheque	44	82	56	118
Operações de crédito	154	318	145	283
Manutenção de conta ativa	213	422	216	439
Convênios	2.619	4.990	2.413	4.625
Outras rendas	768	1.382	550	1.029
Total	13.110	25.899	12.979	25.529

23.5 Despesa de Pessoal

Despesas de pessoal	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Honorários	(916)	(1.830)	(790)	(1.525)
Encargos sociais	(36.977)	(73.967)	(35.414)	(69.523)
Benefícios	(28.362)	(55.947)	(26.231)	(52.102)
Proventos	(102.735)	(201.221)	(99.824)	(191.497)
Remuneração de estagiários	(526)	(1.013)	(588)	(1.131)
Treinamento	(920)	(1.811)	(422)	(755)
Total	(170.436)	(335.789)	(163.269)	(316.533)

Notas Explicativas

23.6 Outras Despesas Administrativas

Outras despesas administrativas	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Água e energia	(4.171)	(8.205)	(3.472)	(6.917)
Aluguéis	(10.331)	(20.595)	(9.771)	(19.407)
Comunicações	(7.606)	(15.522)	(8.448)	(17.857)
Contribuições filantrópicas	(164)	(340)	(52)	(236)
Manutenção e conservação de bens	(8.433)	(15.041)	(5.225)	(10.041)
Material	(479)	(1.004)	(374)	(751)
Processamento de dados	(32.985)	(67.289)	(36.824)	(69.238)
Promoções e relações públicas	(3.819)	(7.268)	(2.982)	(3.988)
Propaganda e publicidade	(4.832)	(13.609)	(5.234)	(9.849)
Publicação	(22)	(944)	(10)	(19)
Seguro	(162)	(268)	(58)	(97)
Serviços do sistema financeiro	(11.602)	(24.392)	(10.162)	(20.865)
Serviços de terceiros	(3.413)	(6.386)	(3.568)	(6.952)
Serviços de vigilância	(21.109)	(41.858)	(21.755)	(41.077)
Serviços técnicos especializados	(1.250)	(4.366)	(2.555)	(4.745)
Transportes	(8.611)	(16.030)	(6.833)	(12.548)
Viagens	(199)	(528)	(316)	(454)
Multas aplicadas	-	-	(3)	(3)
Outras despesas administrativas	(2.019)	(4.107)	(1.633)	(3.234)
Amortização	(9.023)	(18.286)	(9.927)	(19.348)
Depreciação	(2.409)	(4.877)	(3.174)	(6.251)
Total	(132.639)	(270.915)	(132.376)	(253.877)

23.7 Despesas Tributárias

Despesas Tributárias	2º Tri 2024	01.01 até 30.06.2024	2º Tri 2023	01.01 até 30.06.2023
Outras despesas tributárias	(443)	(1.852)	(338)	(1.458)
Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	(2.833)	(5.515)	(2.595)	(5.063)
Contribuição ao COFINS	(24.478)	(47.811)	(19.705)	(37.754)
Contribuição ao PIS/PASEP	(3.978)	(7.769)	(3.202)	(6.135)
Total	(31.732)	(62.947)	(25.840)	(50.410)

24 Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Em atendimento à Resolução BCB nº 2/2020, o Banpará realizou análise de sensibilidade sobre as incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social.

A Administração efetuou análise de sensibilidade considerando um cenário provável e cenários com reduções de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas. O cenário provável e de redução nas taxas de juros, foi mensurado utilizando-se o CDI acumulado dos últimos 12 meses, de 12,68%, e o IPCA projetado* para os próximos 12 meses de 3,90%. Segue abaixo os efeitos esperados:

Notas Explicativas

Operação - CDI	Base 30.06.2024	Cenário provável (11,68%)	Cenário possível - estresse 25% (14,60%)	Cenário remoto - estresse 50% (17,52%)
Títulos e valores mobiliários	1.848.388	(215.892)	(269.865)	(323.838)
Operação - IPCA	Base 30.06.2024	Cenário provável (3,87%)	Cenário possível - estresse 25% (4,84%)	Cenário remoto - estresse 50% (5,81%)
Provisão para contingências	71.758	(2.777)	(3.473)	(4.169)

* Referência utilizada pelo relatório de mercado FOCUS em 29/12/2023.

A análise de sensibilidade da carteira é um cenário que simula o efeito de um aumento da provisão para fazer face às perdas em função de um incremento de 150% sobre os ativos problemáticos, conforme metodologia adotada pelo Banco Central do Brasil, que considera atrasos superiores a 90 dias.

A partir do referido choque, a despesa de provisão simulada ou incremental estimada é de R\$ 100.687, fato que teria efeito potencial direto sobre o resultado da instituição.

Carteira Atual

Cenário atual	Saldo	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático
AA	8.316.950	-	-
A	4.541.939	-	-
B	298.977	-	-
C	130.353	-	-
D	149.535	-	-
E	45.786	10.190	3.057
F	38.871	16.104	8.052
G	69.670	43.580	30.506
H	250.922	159.758	159.758
Total	13.843.003	229.632	201.373

Carteira com choque de 150% sobre os ativos problemáticos em

Cenário estresse	Ativo problemático	Provisão sobre ativo problemático	Complemento de provisão
E	15.285	4.586	1.529
F	24.155	12.078	4.026
G	65.370	45.759	15.253
H	239.637	239.637	79.879
Total ativo problemático	344.447	302.060	100.687

Notas Explicativas

25. Outras Informações

25.1 Resultados não recorrentes

Segundo a Resolução BCB nº 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão ou estão incidentalmente relacionados com as atividades típicas da instituição e que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco, em 30 de junho de 2024, não possui eventos não recorrentes que tenham impactado no resultado.

25.2 Plano para a implementação da regulamentação contábil estabelecida na Resolução CMN nº 4.966/21

Em 25 de novembro de 2021, o Banco Central do Brasil emitiu a Resolução CMN nº 4.966/21, que alterará os conceitos e critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, convergindo com os principais conceitos da norma internacional “IFRS 9 – Instrumentos Financeiros”.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta Resolução registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. Referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de janeiro de 2023.

Resumo do Plano de Implementação

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/21, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

Etapa 1 - Avaliação (2022/2023): Engloba atividades de diagnóstico para entendimento das principais alterações contábeis originadas pela Resolução, mapeamento dos principais sistemas impactados, elaboração de matriz com detalhamento dos planos de ações identificados e estabelecimento de cronograma com as respectivas designações de responsáveis;

Notas Explicativas

Etapa 2 - Desenho (2023): Essa fase abrange as atividades de especificações das alterações sistêmicas necessárias, definição de arquitetura sistêmica, desenho de estratégia de transição, novos processos e políticas.

Etapa 3 – Desenvolvimento (2023/2024): Compreende as atividades dos novos desenvolvimentos sistêmicos, metodologias de cálculos (exemplo: método da taxa de juros efetiva, modelos de perdas esperadas dos instrumentos financeiros), elaboração de “DE-PARA” do novo plano de contas e alterações em roteiros contábeis.

Etapa 4 – Testes e Homologações (2024): Engloba a fase dos testes das alterações sistêmicas (em ambiente de homologação) e implantação dos desenvolvimentos sistêmicos testados;

Etapa 5 – Atividades de transição (2024): Foi concluído o diagnóstico das Demonstrações Financeiras atuais com a identificação dos ajustes necessários para o atendimento das Resoluções CMN nº 4.966 e BCB nº 352. As notas explicativas estão em fase de adaptação para o cumprimento das exigências requeridas. Concluída essa etapa, os novos processos de captura das informações serão desenhados e implementados.

Etapa 6 – Adoção inicial (1º. de janeiro de 2025): Adoção efetiva da Resolução CMN 4.966/21.

Durante a execução da Etapa 1 foram mapeados os seguintes principais impactos.

- **Requerimentos de classificação:** determinação da classificação dos ativos financeiros nas categorias Custo Amortizado, Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo no Resultado (VJR), considerando o modelo de negócios utilizado no gerenciamento dos ativos financeiros e as características de seus fluxos de caixa contratuais.
- **Requerimentos de reconhecimento e mensuração iniciais:** reconhecimento dos instrumentos financeiros líquidos de custos e receitas de origem.

Notas Explicativas

- **Mensuração subsequente:** novas formas de mensuração dos instrumentos financeiros após o reconhecimento inicial, considerando a apropriação de juros pela taxa efetiva de juros, a suspensão de apropriação de juros de ativos financeiros com problema de recuperação de crédito e a nova metodologia de mensuração de operações renegociadas e reestruturadas.
- **Reconhecimento e mensuração do produto câmbio:** deixará de ser tratado com contabilidade apartada e com eventos específicos e passará a ser tratado como um instrumento financeiro passível de avaliação do modelo de negócio e características de fluxo de caixa e mensuração subsequente conforme a classificação em que for inserido.
- **Perdas esperadas:** a mensuração das perdas esperadas de crédito requer o uso de modelos complexos e pressupostos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. O Banpará adotará o modelo completo de Perdas Esperadas. O desenvolvimento destes cálculos traz um impacto significativo, considerando a necessidade de levantamento de bases históricas consistentes, organização dos dados e *clusterização* da carteira, desenvolvimento de modelos estatísticos de perdas esperadas e implantação dos códigos de modelagem em ambiente produtivo, além de todas as mudanças necessárias nos reportes regulatórios.
- **Disposições transitórias:** serão realizados estudos e discussões para definir a estratégia de transição, incluindo o estabelecimento do processo de recálculo dos saldos de 31/12/2024, conforme os critérios da Res. 4.966, que permitam a realização de ajuste de partida da implantação da nova regra em 01/01/2025.

25.3 Processo de aprimoramento da estrutura de Governança, Controles Internos e Compliance.

a. Ações implementadas

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos e Compliance, o Banco revisou e implementou várias medidas objetivando o aprimoramento de processos e gestão de governança corporativa da Instituição. Entre essas medidas destacamos: (i) a Revisão do Código de Ética e Conduta, com vistas ao

Notas Explicativas

aprimoramento dos princípios adotados pela Instituição de forma a refletir a realidade e o contexto no qual está inserida; (ii) revisão dos procedimentos em que se inserem imposições legais e determinações de órgãos reguladores; (iii) revisão de processos para adoção de melhores práticas do mercado; (iv) reformulação do “Canal de Denúncias” (Resolução CMN nº 4.859 de 23/10/2020), descrevendo os procedimentos pertinentes e orientando o público interno quanto à sua utilização e fluxo operacional, no qual estão definidas as responsabilidades por cada etapa do processo apresentado, com fundamento nos normativos legais que tratam do tema; (v) institucionalização do “Comitê de Ética no Banpará”, com total poderes de acesso independente e direto ao Órgão deliberativo máximo da Instituição, conforme recomendam as boas práticas, tendo por objetivo avaliar e acompanhar as questões que envolvem o Gerenciamento de Denúncias e reportes realizados via formulário disponibilizado no Site Institucional do Banpará, bem como verificar pertinência e veracidade das informações, para serem encaminhadas para avaliação e deliberação do Conselho de Administração do Banco, quando for o caso.

b. Situação atual

O Banco reafirma sua convicção de que a estrutura de governança se encontra em patamares adequados do ponto de vista de mecanismos de conformidade, inclusive quanto aos termos do Decreto no. 11.129/2022 assim como que o Banpará passou a ter um “Programa de Integridade” moderno um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo toda a Instituição e as partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades na realização das atividades do Banco e, conseqüentemente, na mitigação dos riscos de compliance.

Nesse sentido, e considerando os novos processos e políticas implementados citados anteriormente, o Banco restabeleceu o fluxo operacional de apuração de ocorrências, inclusive já intermediado pelo Comitê de Ética, de forma a tratar todas às ocorrências seguindo o novo fluxo de governança definido em 2024.

Notas Explicativas

25.4 Eventos Subsequentes

O Banpará patrocina o Plano de Assistência Médica administrado e executado pela Unimed, estruturado na modalidade de pré-pagamento, sendo as modalidades pagas mensalmente pelos empregados, Banpará e ex-empregados, nesse sentido foi concluída a avaliação atuarial desse plano e o Banco está finalizando os estudos para identificar os impactos nas suas demonstrações financeiras devendo concluir suas análises até o final do mês de agosto de 2024.

Notas Explicativas

26. Relatórios

26.1 Resumo relatório semestral comitê de auditoria

APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará S.A. - Coaud é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia, regido pela Lei nº 13.303/2016, Resolução CMN nº 4.910/2021, Resolução CVM nº 23/2021, Estatuto Social do Banpará e por seu Regimento Interno, disponíveis no site de Relações com Investidores do Banpará: <https://ri.banpara.b.br/>

ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Comitê, de acordo o Regimento Interno do órgão, tem a competência de avaliar a efetividade dos Auditores Independentes e da Auditoria Interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banpará, além de regulamentos e códigos internos, bem como avaliar o cumprimento, pela Administração da Instituição, das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Auditoria Interna e recomendar à Diretoria do Banco, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Compete também ao Comitê revisar, previamente à publicação, as Demonstrações Financeiras, inclusive as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. O Coaud, ainda, dispõe de canal próprio no site da Instituição para receber denúncias sigilosas, internas e externas, relacionadas ao escopo de suas atividades

As revisões do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, da Auditoria Independente, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo Gerenciamento dos Controles Internos e de Riscos, além de suas próprias análises.

A Administração é responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras do Banpará, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos.

Notas Explicativas

A Auditoria Interna é responsável pela avaliação independente, autônoma e imparcial da qualidade e da efetividade dos sistemas e processos de controles, gerenciamento de riscos e governança corporativa da Instituição.

À Auditoria Independente cabe assegurar que as Demonstrações Financeiras representem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banpará, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desempenhadas pelo Coaud ao longo do semestre estão de acordo com o Plano Anual de Trabalho 2024, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro 2024. O documento contém o roteiro de atividades, com a definição da natureza e da extensão das informações necessárias à condução dos trabalhos e execução das atividades. Cabe destacar que as atividades executadas são registradas por meio de atas de reuniões. As referidas atas foram encaminhadas ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal, e, estão publicadas, na forma de extratos, no site de Relações com Investidores do Banpará: <https://ri.banpara.b.br/>.

Ao longo do 1º semestre de 2024, o Comitê reuniu-se 11 (onze) vezes, sendo 5 (cinco) sessões ordinárias, contemplando 7 (sete) pautas, e 6 (seis) reuniões extraordinárias, com 10 (dez) pautas, totalizando 17 (dezesete) pautas.

Nesse período, participaram dos encontros, os representantes da Auditoria Interna do Banco, o Diretor de Controle Risco e RI, o Diretor de Tecnologia, o Superintendente de Contabilidade, Orçamento e Controladoria, a Chefe da Ouvidoria e os representantes da empresa de Auditoria Independente.

Dentre as principais pautas tratadas, vale destacar: o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINT 2023; Plano de Auditoria Interna – PAINT 2024 – 2026; Principais projetos em andamento pela Diretoria de Tecnologia; Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

relativas ao 2º semestre de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e Demonstrações Financeiras relativas ao 1º trimestre de 2024, incluindo as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes; Relatório Semestral de Ouvidoria referente ao 2º semestre de 2023; Sumário Executivo de Controles Internos 2023; Relatório da Avaliação de Efetividade 2023; Relatório Anual de Controles Internos 2023 e o Relatório de Acompanhamento da Implementação dos Planos de Ação oriundos da Avaliação de Efetividade 2023. O Coaud também realizou a avaliação da empresa de Auditoria Independente.

Considerando as informações prestadas no decorrer do período ao Coaud, não foi evidenciado a existência de divergências entre a Auditoria Independente e a Administração referente às Demonstrações Financeiras mencionadas.

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas, o Comitê de Auditoria Estatutário do Banco do Estado do Pará cumpriu com suas atribuições previstas na legislação vigente, no Estatuto Social do Banco e no Regimento Interno do órgão, fundamentado no seu Plano de Trabalho de 2024, aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2024.

Destacamos que o Comitê de Auditoria supervisionou, monitorou e avaliou os assuntos que são de sua competência, emitindo sugestões e recomendações com fundamento nas atividades desenvolvidas, neste sentido, entende que vem contribuindo para a evolução da governança corporativa do Banpará, com destaque ao aprimoramento das atividades da Auditoria Interna.

Com base na análise dos relatórios encaminhados pela Superintendência de Compliance, Controle, Integridade e Regulação (Sucor), ressalvadas as limitações do escopo de atuação do Comitê, verifica-se que os controles internos estabelecidos pelo Banco estão adequados ao porte e à complexidade dos processos de negócios da Instituição, levando a crer que não há elementos que comprometem a efetividade do Sistema de Controles Internos.

Notas Explicativas

Com relação à Auditoria Interna e Auditoria Independente constatou-se que atuam com independência, efetividade e qualidade.

Destaca-se, ainda, que as transações com partes relacionadas estão aderentes aos normativos vigentes.

Ressalta-se que não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidência de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da Instituição.

Em relação às Demonstrações Financeiras, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre findo em 30 de junho de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A. foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2024 do Banpará são adequadas, recomendando assim a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e aos Diretores do BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banpará"; "Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2024, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas. A diretoria do Banco é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria do Banco e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Barueri, 14 de agosto de 2024

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8 "F" PA

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/1976, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 2º trimestre e as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2024 do Banco do Estado do Pará. Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos recebidos no decorrer do período, e considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, e a opinião do Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos refletem a posição patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado.

Belém, 13 de agosto de 2024.

Conselho Fiscal

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Opinião do Comitê de Auditoria Estatutário

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 2º trimestre e as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2024 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira correspondente ao período apresentado. Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutário conclui que as Demonstrações Financeiras Intermediárias do 2º trimestre e as Demonstrações Financeiras do 1º semestre findo em 30 de junho de 2024 do Banpará são adequadas, recomendando assim a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém, 9 de agosto de 2024.

Comitê de Auditoria Estatutário

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que revisamos as Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de junho de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém, 8 de agosto de 2024.

Diretoria Colegiada

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o Art. 27 da resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da MAZARS Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas do período findo em 30 de junho de 2024 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém, 8 de agosto de 2024.

Diretoria Colegiada